

RELATÓRIO DE GESTÃO

MUNICIPIO DE GONDOMAR

2024



GONDOMAR
é D ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Índice

Índice	2
Índice de Quadros	5
Índice de Gráficos	7
1. Mensagem do Presidente	8
2. Introdução.....	9
3. RELATO NÃO FINANCEIRO.....	10
3.1. Introdução	10
3.2. Assembleia Municipal	10
3.3. Câmara Municipal	11
3.4. Estrutura Orgânica do Município de Gondomar	12
3.5. Recursos Humanos	16
a) Distribuição dos efetivos por Grupo Profissional	16
b) Distribuição das categorias por género e por categoria profissional	17
c) Distribuição do pessoal por nível habilitacional.....	18
d) Distribuição do pessoal por escalão etário	18
e) Entradas de pessoal	21
f) Saídas de pessoal	21
3.6. Educação	22
a) Nº de alunos distribuído por ciclo escolar	22
b) Distribuição dos alunos ao longo dos últimos anos	23
c) Distribuição por género e ciclo escolar.....	23
d) Distribuição por agrupamento e ciclo escolar.....	24
e) Equipamentos Escolares do Município de Gondomar	24
4. Análise Orçamental	25
4.1. Execução Global do Orçamento	25
4.2. Grau de execução orçamental	26
4.3. Receita	27
4.5. Despesa	31
4.6. Encargos com Empréstimos Bancários.....	35
4.6. Transferências Correntes	35
4.7. Grandes Opções do Plano.....	37
5. Cálculo Do Endividamento Municipal	39
5.1. Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas.....	39

5.2.	Margem apurada do Endividamento Municipal	40
5.3.	Evolução do Endividamento.....	40
6.	Contabilidade de Gestão	42
7.	Análise Económico-Financeira	44
7.1.	Demonstrações Financeiras	44
a)	Balanço	44
b)	Análise do Fundo Patrimonial	47
c)	Mapa dos Subsídios ao Investimento	48
c)	Demonstração de resultados por natureza	49
7.2.	Indicadores Económico-Financeiros	50
a)	Solvabilidade	50
b)	Liquidez Geral	51
c)	Autonomia Financeira	52
d)	Estrutura.....	53
8)	Proposta de Aplicação de Resultados.....	54
9.	Demonstrações Financeiras	55
9.1.	Balanço.....	55
9.2.	Demonstração de Resultados	57
9.3.	Demonstração das alterações no património Líquido	58
9.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	59
9.6.	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	61
	Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	61
	Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	64
	Nota 3 - Ativos intangíveis	71
	Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente	72
	Nota 5 - Ativos fixos tangíveis	74
	Nota 6 – Locações	77
	Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos.....	78
	Nota 8 - Propriedades de investimento	80
	Nota 9 - Imparidade de ativos.....	81
	Nota 10 - Inventários.....	81
	Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação	81
	Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação	82
	Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	83
	Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato.....	85
	Nota 18 – Instrumentos Financeiros	85

Nota 19 – Benefício dos Empregados	87
Nota 21 – Relato por segmentos	88
Nota 23 – Desagregação e comparação das Demonstrações Financeiras	88
11. Demonstrações orçamentais	98
a) Demonstração de Desempenho Orçamental	99
b) Demonstração de execução orçamental da receita	101
c) Demonstração de execução orçamental da Despesa	102
d) Demonstração da execução do PPI.....	103
e) Alterações ao plano plurianual de investimentos.....	103
f) Operações de tesouraria	103
12. Mapa de Acordos de pagamento	104
13. Registo de Compromissos Plurianuais	105
14. Certificação Legal de Contas	106

Índice de Quadros

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal durante o ano 2024	10
Quadro 2: Composição da Câmara Municipal em 2024	11
Quadro 3: Estrutura Nuclear.....	12
Quadro 4: Estrutura orgânica da Câmara Municipal	15
Quadro 5: Distribuição das carreiras	16
Quadro 6: Distribuição das categorias profissionais por género.....	17
Quadro 7: Distribuição do pessoal por nível habilitacional	18
Quadro 8: Distribuição por faixa etária.....	19
Quadro 9: Entradas de pessoal em 2024.....	21
Quadro 10: Saídas de colaboradores durante 2024	21
Quadro 11: Número de alunos por ciclo escolar.....	22
Quadro 12: Distribuição dos alunos por ciclo escolar e anos civis	23
Quadro 13: Distribuição por género e ciclo escolar	23
Quadro 14: Distribuição por agrupamento e ciclo escolar	24
Quadro 15: Equipamentos escolares do Município de Gondomar.....	24
Quadro 16: Execução do Orçamento	25
Quadro 17: Equilíbrio Orçamental	26
Quadro 18: Grau de execução orçamental.....	27
Quadro 19: Principais rubricas da receita	27
Quadro 20: Distribuição da receita	28
Quadro 21: Evolução dos impostos diretos	29
Quadro 22: Distribuição dos impostos diretos	29
Quadro 23: Evolução das transferências correntes	30
Quadro 24: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado	31
Quadro 25: Evolução da despesa paga	32
Quadro 26: Despesa por Unidade Orgânica	33
Quadro 27: Despesa por natureza	34
Quadro 28: Despesa por tipologia.....	34
Quadro 29: Evolução da despesa com pessoal	34
Quadro 30: Encargos com o serviço da dívida	35
Quadro 31: Distribuição das transferências correntes.....	36
Quadro 32: Distribuição por freguesia	36
Quadro 33: Distribuição por corporação de bombeiros	37
Quadro 34: Distribuição por natureza de apoio	37
Quadro 35: Classificação funcional das GOP.....	38
Quadro 36: Cálculo do endividamento municipal.....	39
Quadro 37: Receita média dos 3 últimos exercícios	40
Quadro 38: Cálculo da margem de endividamento	40
Quadro 39: Margem de endividamento	40
Quadro 40: Contabilidade de gestão.....	43
Quadro 41: Rubricas do ativo	45
Quadro 42: Rubricas do passivo	46
Quadro 43: Rubricas do Património Líquido	47
Quadro 44: Mapa dos subsídios ao investimento	48
Quadro 45: Rubricas dos rendimentos.....	49
Quadro 46: Rubricas de gastos.....	50

Quadro 47: Índice de solvabilidade.....	51
Quadro 48: Índice de liquidez geral.....	51
Quadro 49: Grau de autonomia financeira	52
Quadro 50: Índice de estrutura	53
Quadro 51: Balanço	56
Quadro 52: Demonstração de Resultados	57
Quadro 53: Demonstração de Alterações do Património Líquido	58
Quadro 54: Demonstração de Fluxos de Caixa	60
Quadro 55: Caracterização da entidade.....	63
Quadro 56: Discriminação dos saldos bancários	64
Quadro 57: Movimentos de correção de ajustamentos.....	71
Quadro 58: Ativos Fixos Intangíveis.....	72
Quadro 59: Acordos de concessão	73
Quadro 60: Ativos Fixos Tangíveis	75
Quadro 61: Adições dos Ativos Fixos Tangíveis.....	76
Quadro 62: Ativos Fixos Tangíveis - Variações do período	76
Quadro 63: Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições	77
Quadro 64: Mapa das locações operacionais.....	78
Quadro 65: Mapa dos Empréstimos.....	79
Quadro 66: Propriedades de investimento	80
Quadro 67: Imparidade de ativos.....	81
Quadro 68: Rendimentos de transações com contraprestação	82
Quadro 69: Rendimentos de transações sem contraprestação.....	83
Quadro 70: Mapa das provisões	83
Quadro 71: Passivos contingentes.....	84
Quadro 72: Ativos contingentes.....	84
Quadro 73: Ativos Financeiros.....	85
Quadro 74: Passivos Financeiros.....	86
Quadro 75: Mapa das participações em entidades societárias	86
Quadro 76: Mapa das participações em entidades não societárias.....	87
Quadro 77: Mapa dos investimentos financeiros.....	87
Quadro 78: Desagregação da conta 20	88
Quadro 79: Desagregação da conta 21	89
Quadro 80: Desagregação da conta 22	89
Quadro 81: Desagregação da conta 24	89
Quadro 82: Desagregação das outras contas a receber.....	90
Quadro 83: Desagregação das contas a pagar	91
Quadro 84: Desagregação da conta 28	92
Quadro 85: Desagregação da conta 70	93
Quadro 86: Desagregação da conta 72	94
Quadro 87: Desagregação da conta 75	94
Quadro 88: Desagregação da conta 78	95
Quadro 89: Desagregação da conta 60	95
Quadro 90: Desagregação da conta 62	96
Quadro 91: Desagregação da conta 63	96
Quadro 92: Desagregação da conta 68	97
Quadro 93: Desagregação da conta 69	97
Quadro 94: Demonstração do Desempenho Orçamental	100

Quadro 95: Demonstração Orçamental da Receita	101
Quadro 96: Demonstração Orçamental da Despesa	102

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição das categorias profissionais em 2024	16
Gráfico 2: Quadro comparativo das categorias profissional entre 2023 e 2024	17
Gráfico 3: Distribuição por género em 2024	17
Gráfico 4: Distribuição por nível habilitacional	18
Gráfico 5: Distribuição por faixa etária	19
Gráfico 6: Faixa etária dos colaboradores	20
Gráfico 7: Comparativo da faixa etária dos colaboradores	20
Gráfico 8: Distribuição dos alunos por ciclo escolar	22
Gráfico 9: Evolução dos alunos ao longo dos últimos anos	23
Gráfico 10: Representação do Equilíbrio Financeiro	26
Gráfico 11: Gráfico ilustrativo da execução orçamental	27
Gráfico 12: Evolução da receita	28
Gráfico 13: Evolução dos impostos diretos	29
Gráfico 14: Evolução dos impostos diretos	30
Gráfico 15: Evolução das receitas correntes	30
Gráfico 16: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado	31
Gráfico 17: Evolução da despesa paga	32
Gráfico 18: Evolução das despesas com pessoal	35
Gráfico 19: Evolução do endividamento	41
Gráfico 20: Índice de solvabilidade	51
Gráfico 21: Índice de liquidez geral	52
Gráfico 22: Grau de autonomia financeira	52
Gráfico 23: Índice de estrutura	53

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Submete-se à apreciação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, a prestação de contas do Município de Gondomar referente ao exercício de 2024.

No ano de 2024, um pouco a exemplo do ano de 2023, manteve-se uma significativa instabilidade política e económica mundial, o que continuou a implicar a existência de elevados custos inerentes a alguns serviços correntes e essenciais, refletindo-se também nos encargos financeiros relacionados com o serviço da dívida e com outros encargos de natureza similar.

No que diz respeito às receitas correntes, por comparação com o primeiro ano do presente mandato (2021) é de assinalar a redução da coleta de IMI em cerca de 1.000.000 € anuais, passando de 18 M€ em 2021, para 17M€ em 2024, valor que deixa de ser despendido pelos orçamentos familiares. Por outro lado, as receitas provenientes do IMT, mantiveram o nível previsto, o que demonstra a elevada procura do mercado imobiliário no concelho de Gondomar.

Relativamente à despesa, manteve-se o percurso seguido ao nível da diminuição da dívida, o que permitiu alcançar uma margem de endividamento de 74 M€, assegurando grande solidez nas contas municipais.

Verificou-se um aumento das despesas correntes, o que resultou, designadamente, da consolidação do processo de transferência de competências, bem como do aumento de encargos com Recursos Humanos.

Estão em curso empreitadas importantes, algumas delas ao abrigo do PRR, cuja execução se vai repercutir mais significativamente em 2025 e anos seguintes. Podemos apontar, desde logo, as intervenções em vários Centros de Saúde, como Brás Oleiro (novo), Gondomar, S. Pedro da Cova, Valbom e Rio Tinto, nas piscinas de Fânzeres, a construção de habitação nas “Casas Amarelas”, e as intervenções em vários estabelecimentos escolares, designadamente na Escola da Lagoa e na Escola de Sante.

O Município de Gondomar encontra-se hoje com as contas estabilizadas e preparado para os desafios futuros, procurando equilibrar as contas certas com o necessário investimento.

2. INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e considerando as atualizações normativas do ano de 2023, apresentam-se os documentos de prestação de contas do exercício de 2024 ao Órgão Executivo para efeitos de aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal para apreciação e votação.

O relatório de gestão e a prestação de contas foram elaborados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e as diretrizes mais recentes do Tribunal de Contas, refletindo o compromisso do município com a gestão responsável e a accountability.

Este documento inclui uma análise detalhada da situação contabilística do Município de Gondomar a 31 de dezembro de 2024, abordando as áreas financeira, orçamental e de gestão, e destacando os esforços realizados para manter a sustentabilidade financeira e o cumprimento dos compromissos assumidos.

A conta de gestão de 2024 foi rigorosamente analisada e certificada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Anjos & Associados – SROC, Lda, garantindo a fidedignidade das informações apresentadas e reafirmando o nosso dever de prestar contas aos diversos stakeholders, em linha com os princípios de uma administração íntegra e transparente.

3. RELATO NÃO FINANCEIRO

3.1. Introdução

Nas linhas seguintes serão desenvolvidos analisados alguns dados, como a identificação dos eleitos locais que estiveram em funções durante o ano 2024, bem como a análise dos recursos humanos e a área da educação.

3.2. Assembleia Municipal

Os eleitos locais para a Assembleia Municipal, durante o ano de 2024, são os que a seguir se descrevem:

Nome	Cargo
Adelino de Oliveira Miranda	Deputado Municipal
Ana Patrícia Ferreira Pegas da Cruz	Deputado Municipal
Ana Rita Fernandes Bessa	Deputado Municipal
Aníbal Jaime Gomes Lira	Presidente
António José Ribeiro Braz	Presidente da UF de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim
Arménio Lino Martins	Deputado Municipal
Artur Fernando Torres Vieira de Sousa	Deputado Municipal
Carla Isabel Pinto Ferreira	Deputado Municipal
Carmina Maria dos Santos Lopes de Araújo	Deputado Municipal
Daniel Filipe Oliveira Vieira	Deputado Municipal
Emanuel Fernando Pinto de Andrade	Deputado Municipal
Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria	Deputado Municipal
Fernando Alcício Barreira Moraes	Deputado Municipal
Fernando Cerqueira	Deputado Municipal
Fernando Fernandes Duarte	Deputado Municipal
Fernando Miguel dos Santos Azevedo	Deputado Municipal
Francisco Alves Laranjeira	Presidente da JF de Baguim do Monte
Joana Daniela Baldaia de Resende	Deputado Municipal
João Pedro de Andrade Pinho da Silva	Deputado Municipal
João Pedro Serra Soares Forte	Deputado Municipal
João Resende Pinto Figueiredo	Deputado Municipal
José Manuel Cardoso Alves Pereira	1º Secretário
José Miguel Miranda Laranjeira	Deputado Municipal
Manuel José Santos Paiva	Presidente da UF de Melres e Medas
Manuel Pedro Ferreira de Carvalho	Deputado Municipal
Márcia Cristina Guedes de Castro Silva Bandeira	2ª Secretária
Maria José Nogueira Barbosa Correia	Deputado Municipal
Maria Rosa de Sousa Oliveira	Deputado Municipal
Maribel Santos Fernandes	Deputado Municipal
Marlene Sofia Pinto Soares	Deputado Municipal - Renunciou a 28-11-2024
Mónica Alexandra Rebelo Almeida Sampaio	Deputado Municipal - A partir de 28-11-2024
Nuno Filipe Brito da Fonseca	Presidente da Junta de Freguesia de Rio Tinto
Nuno Miguel Ribeiro Pontes	Deputado Municipal
Paulo Alexandre Pinheiro Nunes da Silva	Deputado Municipal
Ricardo Jorge Cardoso dos Santos Couto	Deputado Municipal
Rosalina Sofia Neves Martins	Presidente da UF de Fânzeres e S. Pedro da Cova
Rui da Mota Correia	Presidente da JF da Lomba
Sara Cristina Oliveira dos Santos	Deputado Municipal
Silvino de Sousa Paiva	Presidente da UF de Foz do Sousa e Covelo
Telmo Afonso da Mota Viana	Deputado Municipal
Urbano José Garrido de Brito Ferreira Marques	Deputado Municipal

Quadro 1: Composição da Assembleia Municipal durante o ano 2024

3.3. Câmara Municipal

Os eleitos locais na Câmara Municipal durante o ano de 2024, são os que se seguem.

Nome	Função
Marco André dos Santos Martins Lopes	Presidente da Câmara Municipal
Luís Filipe Castro de Araújo	Vice-Presidente
Maria Aurora Moura Vieira	Vereadora
Sandra Eunice Ramos de Almeida	Vereadora
José Fernando da Silva Moreira	Vereador
Cláudia Manuela Ramos Vieira	Vereadora
Ana Luísa Machado Gomes	Vereadora
Jorge Manuel De Castro Ferreira De Ascensão	Vereador
Paulo Diogo Monteiro Tavares	Vereador
Valentina Sanchez Silva	Vereadora
Cristina Alexandra Ribeiro Coelho	Vereadora

Quadro 2: Composição da Câmara Municipal em 2024

3.4. Estrutura Orgânica do Município de Gondomar

A estrutura orgânica do Município de Gondomar é o pilar fundamental que sustenta a administração pública local, garantindo que os serviços prestados aos cidadãos sejam realizados com competência e qualidade. Esta estrutura reflete a complexidade e a diversidade das funções municipais, abrangendo desde a gestão de recursos humanos até o planeamento urbano e a execução de políticas públicas.

Composta por diversas unidades orgânicas nucleares e flexíveis, a estrutura organizacional de Gondomar foi desenhada para responder de forma ágil e adaptável às necessidades da população, promovendo uma gestão transparente e participativa. As alterações e atualizações recentes na estrutura, conforme os avisos publicados em 2024, demonstram o compromisso do município com a melhoria contínua e a adaptação às novas realidades e desafios.

Este capítulo detalhará cada componente da estrutura orgânica, elucidando as funções e responsabilidades das direções e departamentos municipais, bem como das divisões e núcleos que compõem a administração de Gondomar. Através desta análise, será possível compreender como cada segmento contribui para o funcionamento harmonioso e eficiente do município, e como juntos, trabalham para atender aos interesses e ao bem-estar dos gondomarenses.

A estrutura e organização dos serviços do Município de Gondomar que vigorou durante o ano de 2024 foi a seguinte:

Estrutura Nuclear	Direção Municipal da Presidência
	Departamento de Recursos Humanos
	Direção Municipal de Serviços Partilhados
	Departamento de Atendimento Municipal
	Departamento Financeiro
	Departamento Jurídico
	Direção Municipal de Gestão do Território:
	Departamento de Obras Municipais;
	Departamento de Urbanismo;
	Direção Municipal de Segurança Pública e Logística
	Departamento de Proteção Civil, Segurança e Fiscalização
	Departamento de Gestão de Frota
	Departamento de Ambiente
	Departamento de Coesão Social
	Departamento de Desenvolvimento Económico
	Departamento de Educação.

Quadro 3: Estrutura Nuclear

Unidades orgânicas

- 1 — Direção Municipal da Presidência:
 - 1.1 — Departamento de Recursos Humanos;
 - 1.1.1 — Divisão de Gestão de Recursos Humanos;
 - 1.1.1.1 — Núcleo de Gestão Administrativa, Remunerações e Assiduidade (4.º grau);
 - 1.1.1.2 — Núcleo de Gestão de Carreiras e Recrutamento (4.º grau);
 - 1.1.2 — Divisão do Desenvolvimento e Valorização de Recursos Humanos;
 - 1.1.2.1 — Núcleo de Desenvolvimento Sócio profissional (3.º grau);
 - 1.1.2.2 — Núcleo das Condições, Segurança e Saúde no Trabalho (3.º grau);
 - 1.2 — Divisão de Cidadania, Transparência e Participação;
 - 1.2.1 — Divisão de Cidadania, Transparência e Participação;
 - 1.2.2 — Divisão de Estudos e Projetos Comunitários;
 - 1.2.3 — Núcleo de Auditoria;
 - 1.3 — Divisão de Comunicação;
 - 1.4 — Divisão de Estudos e Projetos Comunitários;
 - 1.5 — Núcleo de Auditoria (3.º grau);
 - 1.6 — Núcleo dos Órgãos Autárquicos (3.º grau);
 - 1.7 — Núcleo de Proteção Animal (3.º grau);
 - 1.8 — Núcleo de Protocolo (3.º grau);
 - 1.9 — Núcleo de Qualidade e Inovação (3.º grau);
 - 1.10 — Gabinete de Apoio à Presidência;
 - 1.11 — Gabinete de Apoio à Vereação;

Unidades orgânicas

- 2 — Direção Municipal de Serviços Partilhados:
 - 2.1 — Departamento de Atendimento Municipal;
 - 2.1.1 — Divisão de Atendimento;
 - 2.1.1.1 — Núcleo de Arquivo Municipal (3.º grau);
 - 2.1.1.2 — Núcleo de Expediente e tramitação documental (3.º grau);
 - 2.1.2 — Divisão de Informática e Tecnologias;
 - 2.1.2.1 — Núcleo de Modernização, Inovação e Transição Digital (3.º grau);
 - 2.2 — Departamento Financeiro;
 - 2.2.1 — Divisão de Aquisições e Contratação Pública;
 - 2.2.1.1 — Núcleo de Planeamento e Gestão Estratégica, Aquisição e Contratação Pública
 - 2.2.2 — Divisão de Contabilidade;
 - 2.3 — Departamento Jurídico;
 - 2.3.1 — Divisão Jurídica;
 - 2.3.1.1 — Núcleo de Apoio Jurídico (3.º grau);
 - 2.3.1.2 — Núcleo de Contencioso (3.º grau);
 - 2.3.1.3 — Núcleo de Apoio Administrativo (4.º grau);
 - 2.3.1.4 — Núcleo de Apoio Técnico (4.º grau);
 - 2.3.2 — Divisão de Património e Expropriações
 - 2.3.2.1 — Núcleo de Património (4.º grau);

Unidades orgânicas

- 3 — Direção Municipal de Gestão do Território:
 - 3.1 — Departamento de Obras Municipais;
 - 3.1.1 — Divisão de Conservação e Edifícios Municipais;
 - 3.1.2 — Divisão de Gestão de Obras;
 - 3.1.3 — Divisão de Gestão de Projetos e Orçamentação;
 - 3.1.3.1 — Núcleo de Gestão de Cadastro e Topografia (3.º grau);
 - 3.1.4 — Divisão de Mobilidade;
 - 3.1.5 — Divisão Operacional de Administração Direta;
 - 3.1.5.1 — Núcleo de Gestão da Via Pública (4.º grau);
 - 3.1.6 — Núcleo de Procedimento e Gestão Processual (4.º grau);
 - 3.2 — Departamento de Urbanismo;
 - 3.2.1 — Divisão de Gestão Urbanística e Obras Particulares;
 - 3.2.1.1 — Núcleo de Projetos de Interesse Municipal (3.º grau);
 - 3.2.1.2 — Núcleo de Saneamento Processual (3.º grau);
 - 3.2.2 — Núcleo de Gestão Administrativa Urbanística (4.º grau);
 - 3.3 — Divisão de Planeamento;
 - 3.3.1 — Núcleo de Sistema de Informação Geográfica (SIG — 3.º grau);

Unidades orgânicas

- 4 — Direção Municipal de Segurança Pública e Logística:
 - 4.1 — Departamento de Proteção Civil, Segurança e Fiscalização;
 - 4.1.1 — Divisão de Polícia Municipal;
 - 4.1.1.1 — Núcleo de Planeamento, Informações e Segurança (4.º grau);
 - 4.1.1.2 — Núcleo de Trânsito, Operações e Gestão da Via Pública (4.º grau);
 - 4.1.2 — Divisão de Proteção Civil e Vistorias;
 - 4.1.2.1 — Núcleo de Proteção Civil (3.º grau);
 - 4.1.2.2 — Núcleo de Vistorias e Acompanhamento de Obras (3.º grau);
 - 4.1.3 — Núcleo de Fiscalização (4.º grau);
 - 4.1.4 — Núcleo de Gestão Administrativa (4.º grau);
 - 4.2 — Departamento de Gestão de Frota;
 - 4.2.1 — Divisão de Gestão de Equipamento e Parque de Viaturas;
 - 4.2.1.1 — Núcleo de Equipamentos e Oficinas (4.º grau);
 - 4.2.1.2 — Núcleo de Gestão de Contratos de Viaturas (4.º grau);
 - 4.2.1.3 — Núcleo de Gestão do Parque Automóvel (4.º grau);

Unidades orgânicas

- 5 — Departamento de Ambiente:
 - 5.1 — Divisão de Desenvolvimento Ambiental;
 - 5.1.1 — Núcleo de Alterações Climáticas (3.º grau);
 - 5.1.2 — Núcleo de Gestão de Resíduos (3.º grau);
 - 5.2 — Divisão de Espaços Verdes e Parques;
 - 5.2.1 — Núcleo das Florestas e Recursos Naturais (3.º grau);
- 6 — Departamento de Coesão Social:
 - 6.1 — Divisão de Desenvolvimento Social;
 - 6.1.1 — Núcleo de Respostas Sociais (3.º grau);
 - 6.1.2 — Núcleo da Rede Social (3.º grau);
 - 6.2 — Divisão de Saúde e Envelhecimento Ativo;
 - 6.2.1 — Núcleo de Saúde (3.º grau);
 - 6.3 — Núcleo de Promoção dos Direitos da Criança e dos Jovens (3.º grau);
- 7 — Departamento de Desenvolvimento Económico:
 - 7.1 — Divisão de Promoção e Atração de Investimento;
 - 7.2 — Divisão de Turismo;
 - 7.2.1 — Núcleo de Apoio Administrativo e Gestão de Eventos (3.º grau);
 - 7.3 — Núcleo de Gestão do Pavilhão Multiusos (3.º grau);
 - 7.4 — Núcleo de Mercados e Feiras (4.º grau);

Unidades orgânicas

- 8 — Departamento de Educação:
 - 8.1 — Divisão de Desenvolvimento Educativo;
 - 8.1.1 — Núcleo de Projetos Socioeducativos (3.º grau);
 - 8.2 — Divisão de Intervenção Social Escolar;
 - 8.2.1 — Núcleo de Gestão Social Escolar (3.º grau);
 - 8.3 — Divisão de Gestão de Equipamentos e Recursos;
 - 8.3.1 — Núcleo de Gestão de Equipamentos e Recursos Escolares (3.º grau);
- 9 — Divisão de Arquivo Histórico e Património Cultural;
- 10 — Divisão da Cultura:
 - 10.1 — Núcleo de Programação Cultural (3.º grau);
- 11 — Divisão de Desporto:
 - 11.1 — Núcleo de Estudos e Apoio Administrativo (3.º grau);
 - 11.2 — Núcleo de Gestão de Equipamentos Desportivos (3.º grau);
 - 11.3 — Núcleo de Gestão de Piscinas Municipais (3.º grau);
- 12 — Divisão de Habitação Pública:
 - 12.1 — Núcleo de Acompanhamento e Intervenção Familiar (3.º grau);
 - 12.2 — Núcleo de Gestão de Edifícios e Equipamentos (3.º grau);
- 13 — Divisão de Juventude:
 - 13.1 — Núcleo de Gestão e Dinamização da Juventude (3.º grau).

Quadro 4: Estrutura orgânica da Câmara Municipal

3.5. Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2024 o quadro de pessoal do Município integrava 1821 trabalhadores, existindo um saldo positivo de 112 trabalhadores, face a 2023 que a seguir serão caracterizados nos esquemas e quadros seguintes. Esta informação é recolhida através do Balanço Social do Município de Gondomar referente a 2024.

a) Distribuição dos efetivos por Grupo Profissional

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos efetivos por categorias profissionais, sendo bem visível o valor dominante da categoria correspondente aos Assistentes Operacionais, incluindo os Encarregados. A título de ilustração os Assistentes Operacionais correspondem a 54.81% dos efetivos, os Assistentes Técnicos 19.77% e os Técnicos Superiores 17.08% do total dos recursos humanos do Município de Gondomar.

Categoria	Ano 2024
Dirigente	64
Técnico Superior	311
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	360
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	998
Carreira de Informática	6
Polícia Municipal	66
Outros	16
Total	1821

Quadro 5: Distribuição das carreiras

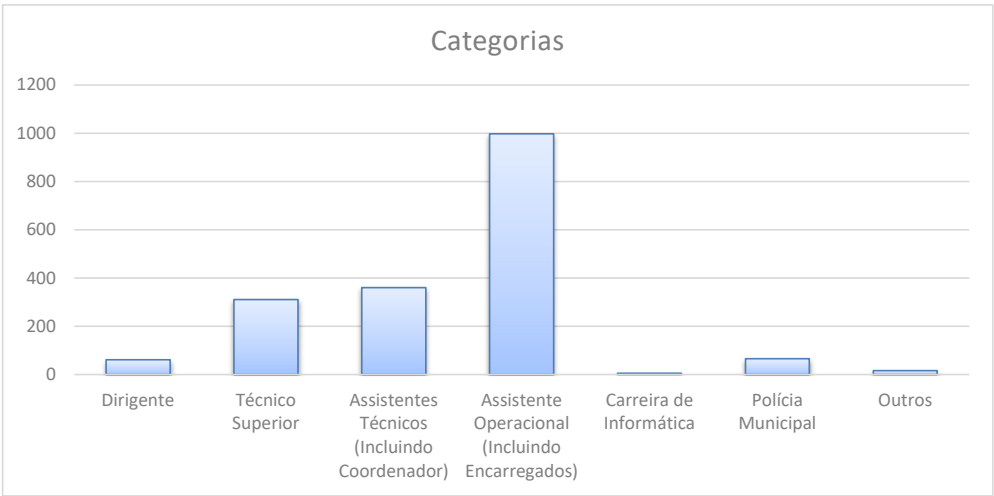


Gráfico 1: Distribuição das categorias profissionais em 2024

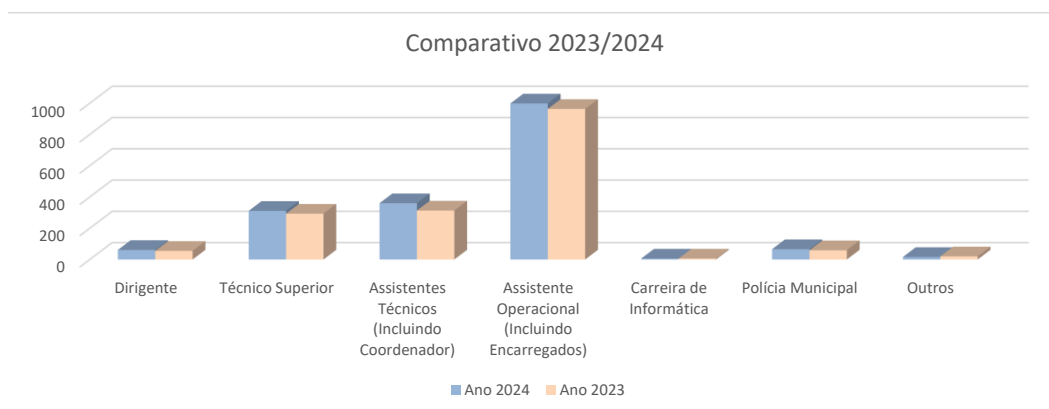


Gráfico 2: Quadro comparativo das categorias profissional entre 2023 e 2024

b) Distribuição das categorias por género e por categoria profissional

Categoria	2024	
	Feminino	Masculino
Dirigente	35	29
Técnico Superior	207	104
Assistentes Técnicos (Incluindo Coordenador)	249	111
Assistente Operacional (Incluindo Encarregados)	675	323
Carreira de Informática	2	4
Polícia Municipal	9	57
Outros	9	7
Total	1186	635

Quadro 6: Distribuição das categorias profissionais por género

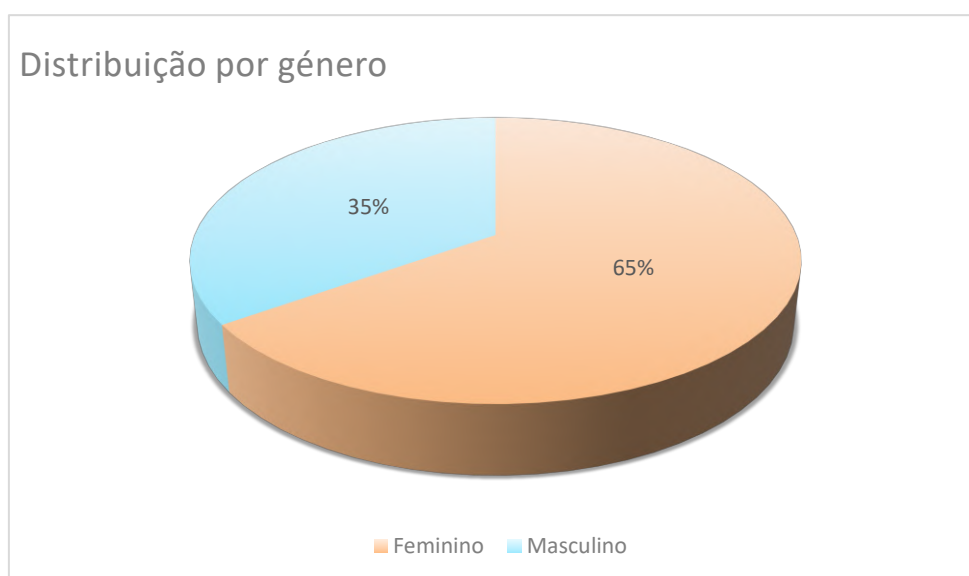


Gráfico 3: Distribuição por género em 2024

c) Distribuição do pessoal por nível habilitacional

Uma maioria considerável de 1363 trabalhadores do Município de Gondomar detém a escolaridade obrigatória, o que representa 74,9% da representação total dos colaboradores da autarquia.

Nível Habilitacional	Género 2024		
	Feminino	Masculino	Total
Doutoramento	5	1	6
Mestrado	66	25	91
Licenciatura	228	127	355
Bacharelato	4	2	6
12º ano de escolaridade	501	226	727
11º ano de escolaridade	19	12	31
9º ano de escolaridade	269	99	368
6º ano de escolaridade	61	95	156
4º ano de escolaridade	33	47	80
Menos de 4 anos de escolaridade	0	1	1
Total	1186	635	1821

Quadro 7: Distribuição do pessoal por nível habilitacional

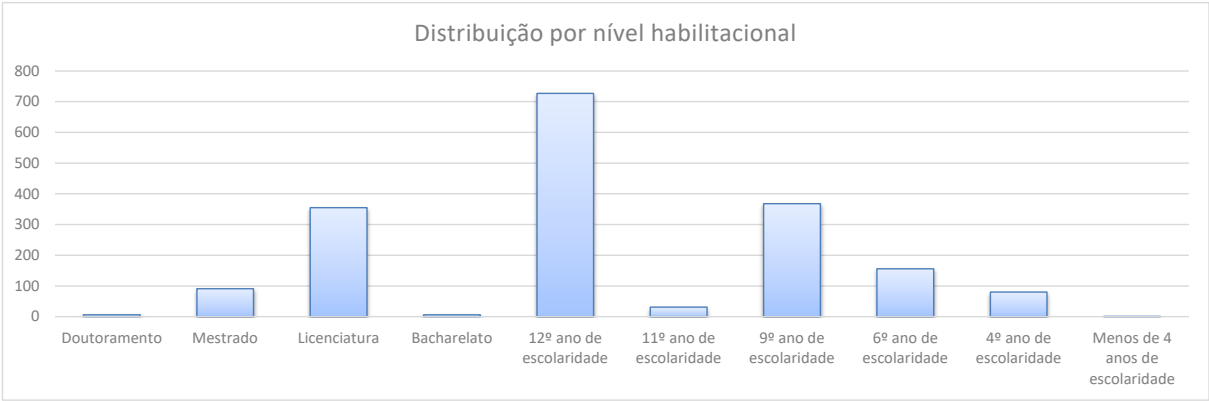


Gráfico 4: Distribuição por nível habilitacional

d) Distribuição do pessoal por escalão etário

Na distribuição etária dos colaboradores Município verifica-se que o maior número de colaboradores se encontra na faixa entre os 40 - 64 anos de idade.

Idades	Género 2024		Total 2024
	Feminino	Masculino	
Menos de 20 anos	0	0	0
20-24	6	10	16
25-29	34	34	68
30-34	66	44	110
35-39	84	39	123
40-44	123	67	190
45-49	193	87	280
50-54	207	108	315
55-59	238	105	343
60-64	176	117	293
65-69	58	22	80
70 ou mais anos	1	2	3
TOTAL	1186	635	1821

Quadro 8: Distribuição por faixa etária

Em termos gráficos podemos representar as faixas etárias desta forma:

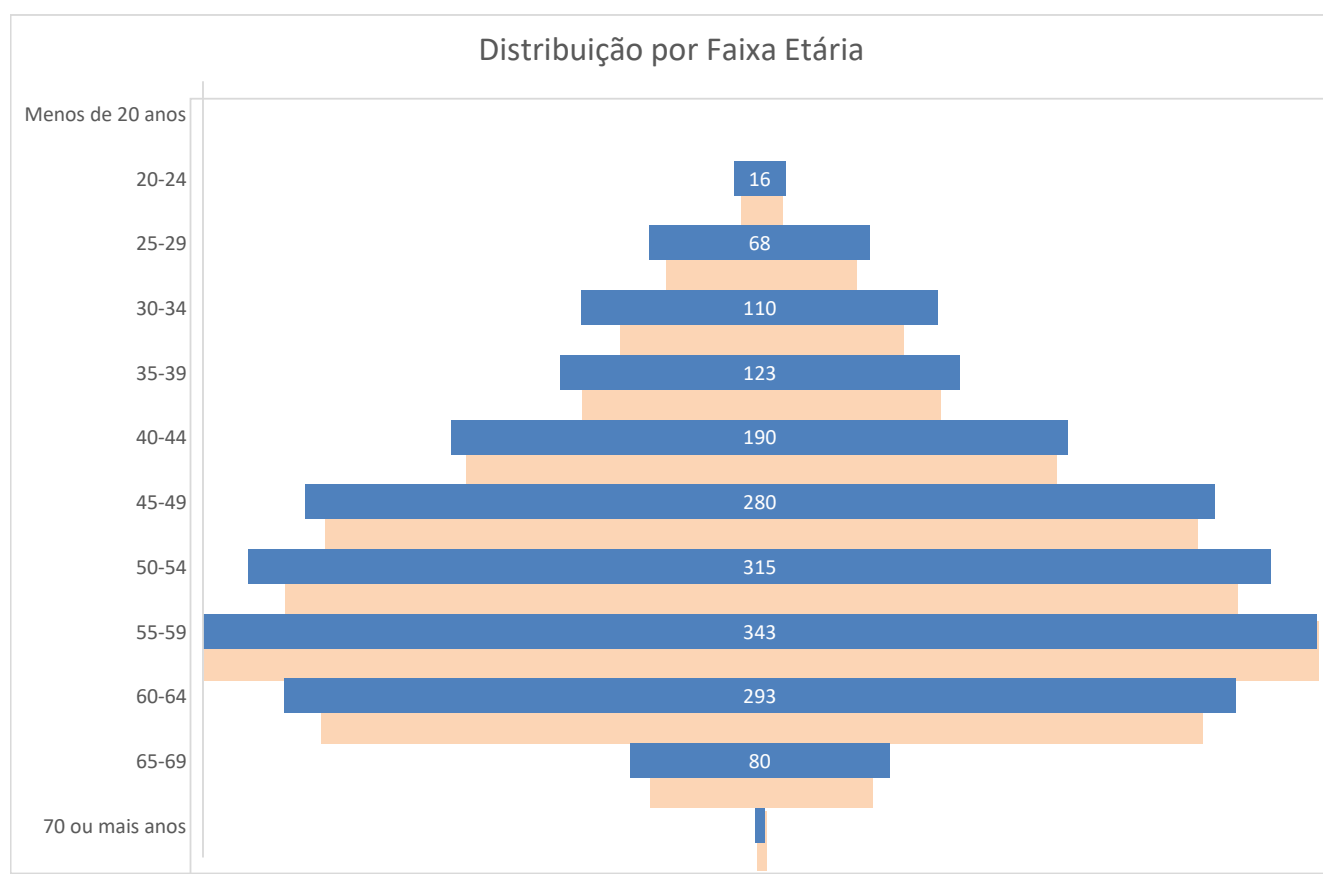


Gráfico 5: Distribuição por faixa etária

■ Ano 2024
■ Ano 2023

Verifica-se ainda que a faixa etária mais elevada em 2023, 55 – 59 anos, foi a única que em 2024 teve um decréscimo, face às restantes.

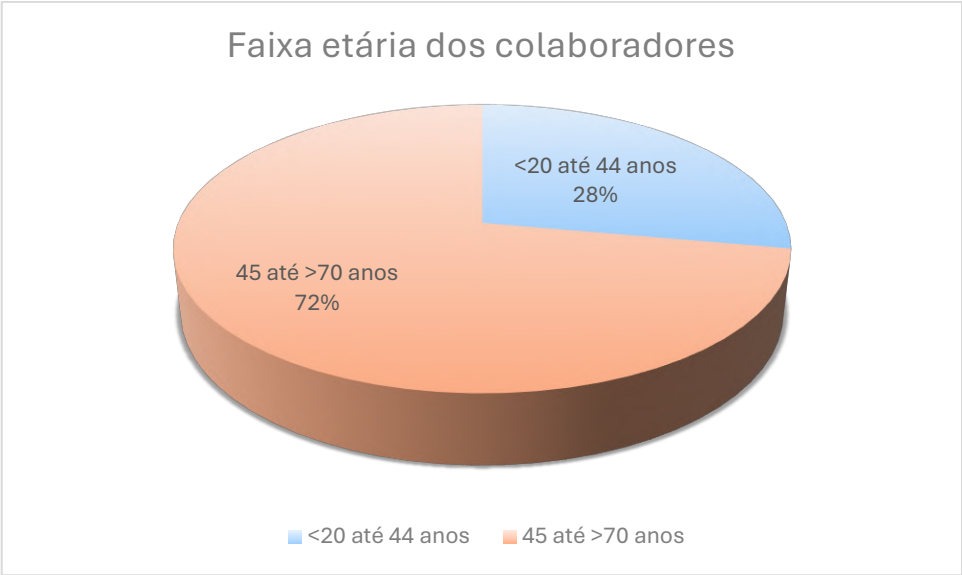


Gráfico 6: Faixa etária dos colaboradores

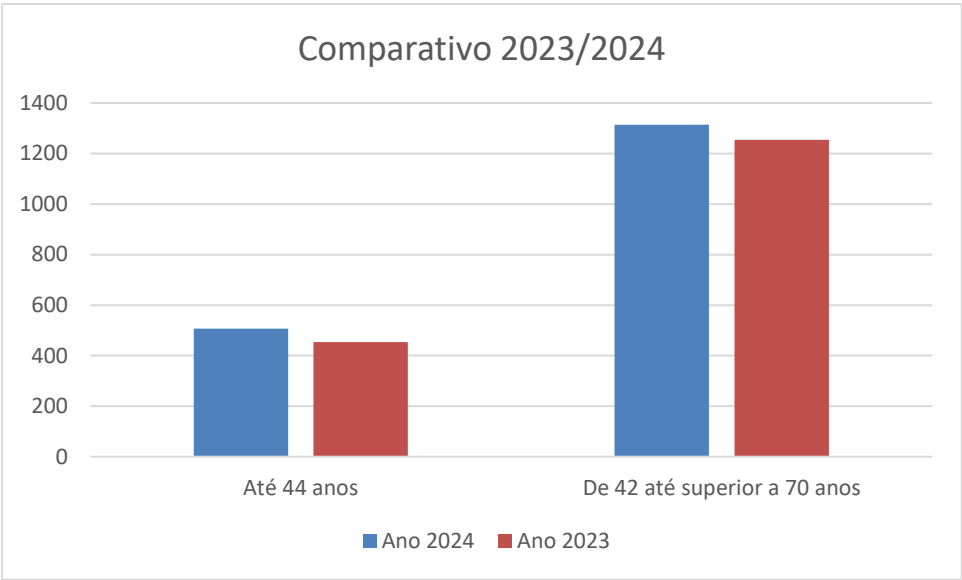


Gráfico 7: Comparativo da faixa etária dos colaboradores

e) Entradas de pessoal

Quadro de análise do recrutamento de pessoal em 2024

Entradas	Género 2024		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Procedimento concursal	207	105	312
Cedência de interesse público	0	0	0
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	30	27	57
Regresso de licença	1	3	4
Comissão de serviço	10	11	21
Outras situações	6	2	8
Total	254	148	402

Quadro 9: Entradas de pessoal em 2024

f) Saídas de pessoal

Saídas	Género 2024		TOTAL
	Feminino	Masculino	
Caducidade	68	41	109
Revogação (mútuo acordo)	0	0	0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	0	0	0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	14	13	27
Sanção disciplinar	0	0	0
Conclusão sem sucesso do período experiencial	0	0	0
Fim da situação de mobilidade interna	1	0	1
Morte	1	0	1
Reforma/aposentação	35	13	48
Limite de idade	1	0	1
Cessaçao da comissão de serviço	8	7	15
Outros	50	38	88
Total	178	112	290

Quadro 10: Saídas de colaboradores durante 2024

3.6. Educação

Nestes quadros abaixo iremos fazer um detalhe da população escolar que está sobre a responsabilidade do Município de Gondomar

a) Nº de alunos distribuído por ciclo escolar

Nº de Alunos	Ano 2024
Pré-Escolar	2 387
1º Ciclo	4 399
2º Ciclo	2 205
3º Ciclo	3 847
Secundário	2 288
Cursos Profissionais	767
EFA	30
TOTAL	15 923

Quadro 11: Número de alunos por ciclo escolar

Gráfico com a distribuição de alunos pelos diferentes ciclos escolares

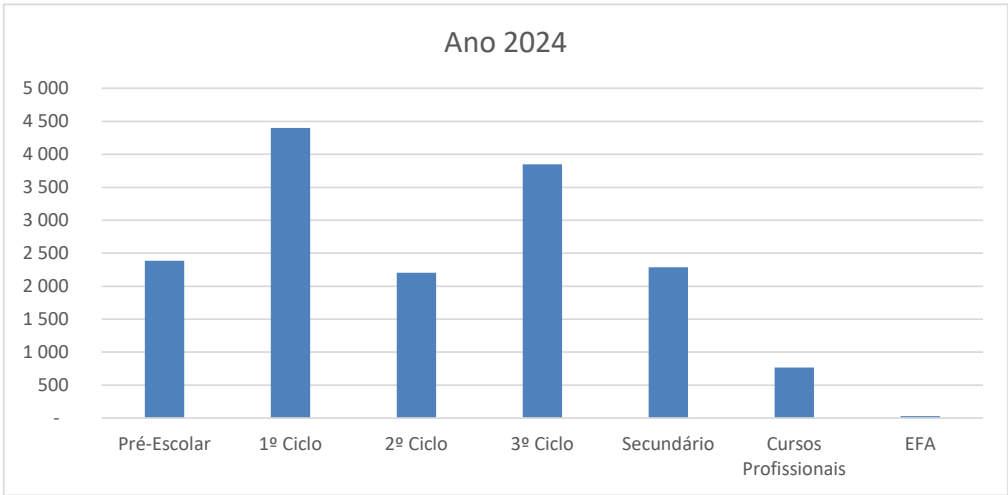


Gráfico 8: Distribuição dos alunos por ciclo escolar

b) Distribuição dos alunos ao longo dos últimos anos

Nº de Alunos	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Pré-Escolar	2 247	2 279	2 317	2 387
1º Ciclo	4 218	4 316	4 249	4 399
2º Ciclo	2 227	2 423	2 323	2 205
3º Ciclo	3 368	3 836	3 833	3 847
Secundário	2 166	2 304	2 171	2 288
Cursos Profissionais	661	770	767	767
EFA	37	33	37	30
TOTAL	14 924	15 961	15 697	15 923

Quadro 12: Distribuição dos alunos por ciclo escolar e anos civis

Gráfico com a evolução dos alunos a frequentar escolas do Município de Gondomar



Gráfico 9: Evolução dos alunos ao longo dos últimos anos

c) Distribuição por género e ciclo escolar

Nº de Alunos	Masculino	Feminino	Total
Pré-Escolar	1 139	1 248	2 387
1º Ciclo	2 292	2 107	4 399
2º Ciclo	1 071	1 134	2 205
3º Ciclo	1 814	2 033	3 847
Secundário	969	1 319	2 288
Cursos Profissionais	366	401	767
EFA	20	17	37
TOTAL	7 671	8 259	15 930

Quadro 13: Distribuição por género e ciclo escolar

d) Distribuição por agrupamento e ciclo escolar

Nº de alunos	Pré-Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Cursos Profissionais	EFA	TOTAL
Agrupamento de Escolas Rio Tinto nº3 (3034)	300	434	186	473	1082	171	6	2652
Agrupamento de Escolas de Valbom (7525)	216	416	196	319	173	64		1384
Agrupamento Vertical À Beira Douro (2625)	139	210	173	281	128	52		983
Agrupamento de Escolas Santa Bárbara (7527)	250	308	189	316	18			1081
Agrupamento de Escolas Julio Dinis (13811)	369	654	432	487				1942
Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda (13092)	322	772	465	648				2207
Agrupamento de Escolas nº1 de Gondomar (3033)	224	274	72	498	818	337	24	2247
Agrupamento Vertical de Escolas de Rio Tinto (7532)	224	624	321	499				1668
Agrupamento Vertical S. Pedro da Cova (7529)	229	413	171	288				1101
Agrupamento Vertical Canedo (7235)	14	21						35
Agrupamento Escolas Pedrouços (9393)	100	273						373
Escola Secundária S. Pedro da Cova (3035)				38	69	143		250
	2387	4399	2205	3847	2288	767	30	15923

Quadro 14: Distribuição por agrupamento e ciclo escolar

e) Equipamentos Escolares do Município de Gondomar

Equipamentos Escolares	Jardim de Infância	Escolas 1º Ciclo	Escolas 2º/3º Ciclo	Escolas Secundárias	Ensino Profissional	Ensino Formação Adultos
Agrupamento de Escolas Rio Tinto nº3 (3034)	6	3	2	1	1	1
Agrupamento de Escolas de Valbom (7525)	4	4	1	1	1	NA
Agrupamento Vertical À Beira Douro (2625)	5	5	1	1	NA	NA
Agrupamento de Escolas Santa Bárbara (7527)	4	3	1	1	NA	NA
Agrupamento de Escolas Julio Dinis (13811)	6	7	1	NA	NA	NA
Agrupamento de Escolas Infanta D. Mafalda (13092)	3	3	1	NA	NA	NA
Agrupamento de Escolas nº1 de Gondomar (3033)	6	4	2	1	1	1
Agrupamento Vertical de Escolas de Rio Tinto (7532)	5	4	1	NA	1	NA
Agrupamento Vertical S. Pedro da Cova (7529)	5	5	1	NA	NA	NA
Agrupamento Vertical Canedo (7235)	1	1	NA	NA	NA	NA
Agrupamento Escolas Pedrouços (9393)	2	3	NA	NA	NA	NA
Escola Secundária S. Pedro da Cova (3035)	NA	NA	1	1	1	NA

Quadro 15: Equipamentos escolares do Município de Gondomar

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. Execução Global do Orçamento

A análise orçamental é um componente vital na gestão financeira do Município de Gondomar, fornecendo uma visão detalhada da alocação de recursos e do desempenho financeiro ao longo do ano de 2024. Este capítulo tem como objetivo apresentar uma avaliação clara e objetiva da execução orçamental, comparando os resultados efetivos de diversos exercícios.

Através desta análise, procuramos não apenas garantir a transparência e a responsabilidade orçamental, mas também identificar oportunidades de melhoria na eficiência da gestão dos fundos públicos. A execução orçamental reflete as prioridades políticas do município, as necessidades emergentes da comunidade e as respostas a desafios inesperados, como os que podem surgir de contextos voláteis.

Neste capítulo, serão abordados os seguintes pontos:

- Execução Orçamental da Receita: Análise das fontes de receita e comparação com as estimativas orçamentais.
- Execução Orçamental da Despesa: Avaliação das despesas realizadas, categorizadas por funções e projetos.
- Resultados Orçamentais: Discussão sobre o saldo orçamental e as implicações para a sustentabilidade financeira do município.

No ano de 2024, a receita cobrada foi de 119.081.027 EUR a qual, acrescida do saldo inicial no valor de 610.180 EUR, transitado do ano económico de 2023, perfaz o montante global de 119.691.206 EUR.

Por outro lado, a despesa realizada no ano em avaliação foi de 119.474.810 EUR, pelo que o valor do saldo que transita para a Gerência seguinte é 216.397 EUR.

Valores em euros					
Designação Receita	Receita	%	Designação Despesa	Despesa	%
Saldo Gerência Anterior	610 180 €	0,51%	Despesa Corrente	91 806 845 €	76,84%
Receita Corrente e outras	107 324 398 €	89,67%	Despesa de Capital	27 667 964 €	23,16%
Receita de Capital	11 756 629 €	9,82%			
Total	119 691 206 €	100,00%	Total	119 474 810 €	100,00%
			Saldo de Gerência Seguinte	216 397 €	

Quadro 16: Execução do Orçamento

Do quadro acima verifica-se que 89,67% da Receita Total é de natureza corrente, enquanto, as despesas correntes representam 76,84% da Despesa Total. A poupança corrente obtida foi de 15.517.552,82 EUR, poupança essa que permitiu o financiamento de parte do Plano Plurianual de Investimentos.

Da despesa corrente, cerca de 39% corresponde a salários e encargos com remunerações, como se detalhará em capítulos seguintes.

Por outro lado, nos termos do RFALEI (art. 40.º, n.º 2) “a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Valores em euros	
Rubrica	Valor
Receita Corrente (1)	110 137 970 €
Despesa Corrente (2)	91 806 845 €
Amortização Média Empréstimos (3)	5 308 581 €
Poupança corrente (1) - (2) - (3)	13 022 543 €

Quadro 17: Equilíbrio Orçamental

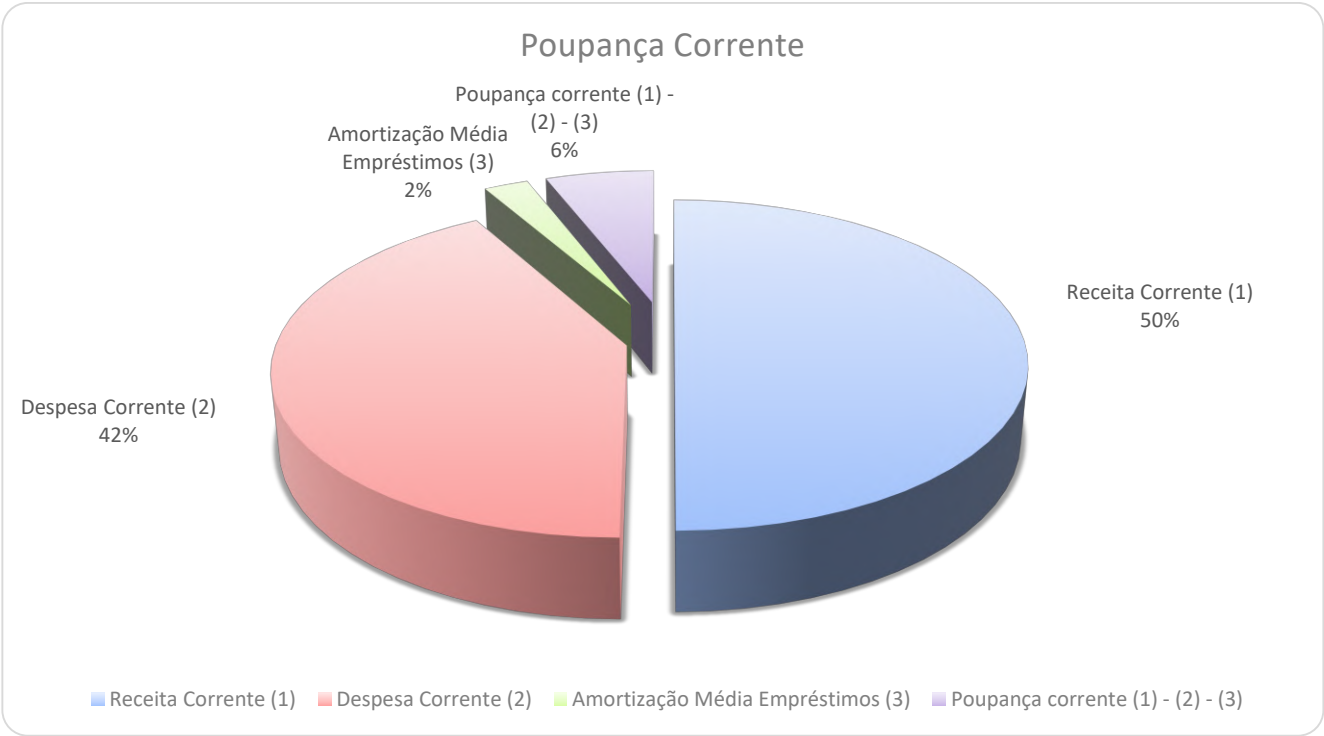


Gráfico 10: Representação do Equilíbrio Financeiro

4.2. Grau de execução orçamental

Considerando os níveis de execução orçamental tanto do orçamento da receita como da despesa, temos a seguinte representação, cumprindo o disposto no artigo 56º do RFALEI:

	Receita	Despesa
Execução Orçamental	85,71	85,56

Quadro 18: Grau de execução orçamental

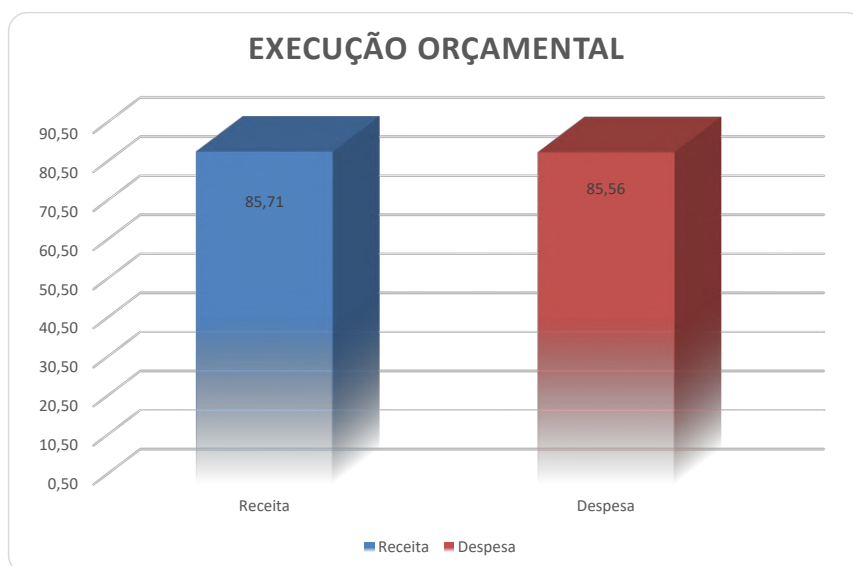


Gráfico 11: Gráfico ilustrativo da execução orçamental

4.3. Receita

No quadro e gráfico seguintes apresenta-se a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos:

Valores em euros

	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Outras Receitas	667 182,28 €	4 528 888 €	11 479 078 €	16 901 189 €	8 600 935 €	3 667 006 €
Receita de Capital	11 756 628,70 €	9 466 518 €	8 534 707 €	8 768 485 €	3 938 862 €	33 045 893 €
Receita Corrente	107 267 395,41 €	94 684 040 €	93 244 269 €	84 649 876 €	80 970 487 €	73 610 473 €
Total Receita	119 691 206,39 €	108 679 447 €	113 258 054 €	110 319 550 €	93 510 284 €	110 323 371 €

Quadro 19: Principais rubricas da receita

Valores em euros

Designação	Realizado	% de cada Rubrica
Impostos diretos	36 324 214 €	30,35%
Taxas, multas e outras penalidades	5 506 704 €	4,60%
Rendimentos da propriedade	3 180 794 €	2,66%
Transferências correntes	46 849 922 €	39,14%
Venda de bens e serviços correntes	14 861 541 €	12,42%
Outras receitas correntes	544 220 €	0,45%
Venda de bens de investimento	1 567 460 €	1,31%
Transferências de capital	7 689 169 €	6,42%
Passivos financeiros	2 500 000 €	2,09%
Outras Receiras Capital	- €	0,00%
Reposições não abatidas nos pagamentos	57 003 €	0,05%
Saldo da gerência anterior	610 180 €	0,51%
Totais	119 691 206 €	100,00%

Quadro 20: Distribuição da receita

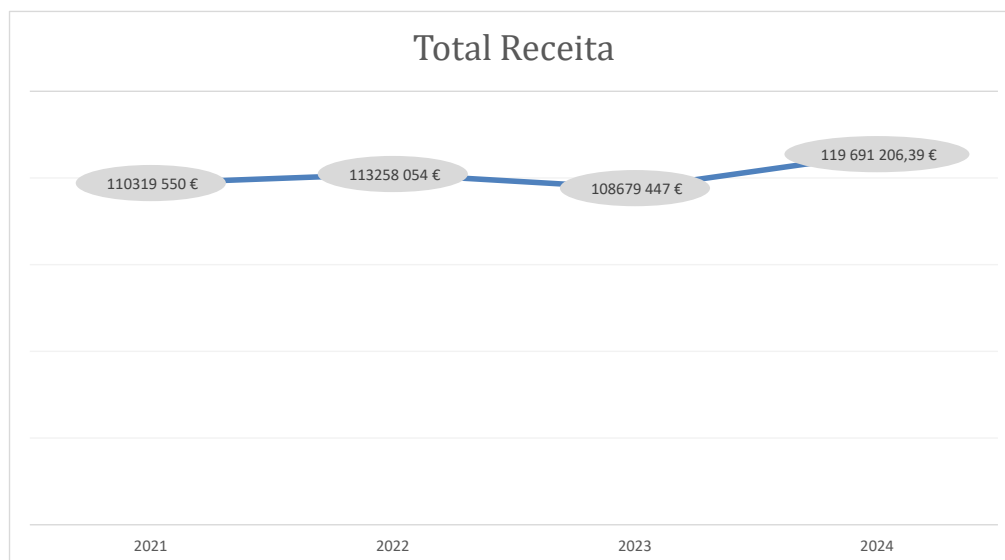


Gráfico 12: Evolução da receita

O valor das “Receitas Correntes” apresenta uma curva estável ao longo dos últimos anos, que, apesar da diminuição da taxa do IMI que se verifica desde 2021, a rubrica “Transferências Correntes” tem sofrido um incremento em face das novas transferências de competências que o Município assumiu, como mais abaixo se detalha.

Relativamente ao peso de cada uma das rubricas na formação da receita cobrada no ano de 2024, vemos que assumem particular relevância os “Impostos Diretos” (30,37%) e as “Transferências Correntes” (39,16%), item no qual se inclui as transferências referentes à descentralização de competências, à semelhança do que se vem verificando nos anos transatos.

Importará então verificar qual tem sido a evolução destas duas importantes fontes de receita do Município nos últimos anos:

	Valores em euros					
	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Impostos diretos	36 324 214 €	33 613 440 €	34 377 719 €	32 656 725 €	31 550 195 €	29 431 164 €

Quadro 21: Evolução dos impostos diretos

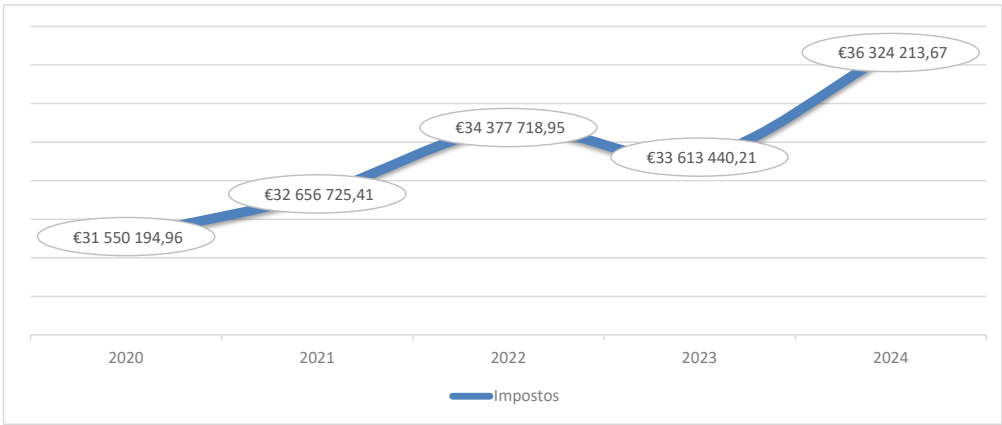


Gráfico 13: Evolução dos impostos diretos

Em 2024, na rubrica Impostos Diretos, verificou-se um acréscimo relativamente ao ano anterior, para o qual apesar das decisões da Câmara Municipal na diminuição da taxa IMI aplicada aos prédios urbanos do Concelho de Gondomar, bem como a adesão ao denominado “IMI Familiar”, cuja curva já demonstra a respetiva descida da receita.

	Valores em euros			
Impostos	2024	2023	2022	2021
IMI	17 164 406,15 €	17 611 396 €	17 800 087 €	18 037 845 €
IUC	4 356 369,40 €	4 277 495 €	4 026 436 €	3 674 136 €
IMT	11 621 210,14 €	9 074 062 €	10 350 215 €	8 662 935 €
Derrama	3 181 935,69 €	2 649 688 €	2 177 176 €	2 281 809 €
TOTAL	36 324 213,67 €	33 613 440 €	34 377 719 €	32 656 725 €

Quadro 22: Distribuição dos impostos diretos

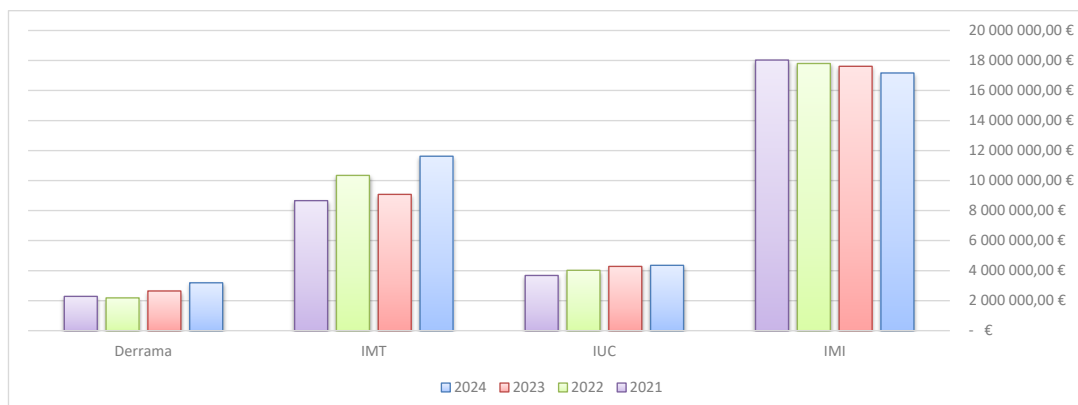


Gráfico 14: Evolução dos impostos diretos

No que respeita às Transferências Correntes os valores nos últimos anos são conforme se dá conta na tabela e gráfico seguinte:

Valores em euros				
	2024	2023	2022	2021
Transferências correntes	46 849 922 €	41 476 235 €	38 994 483 €	35 544 366 €

Quadro 23: Evolução das transferências correntes

Este incremento é motivado pela transferência de competências na área da saúde que se efetivou a partir de Abril de 2023.

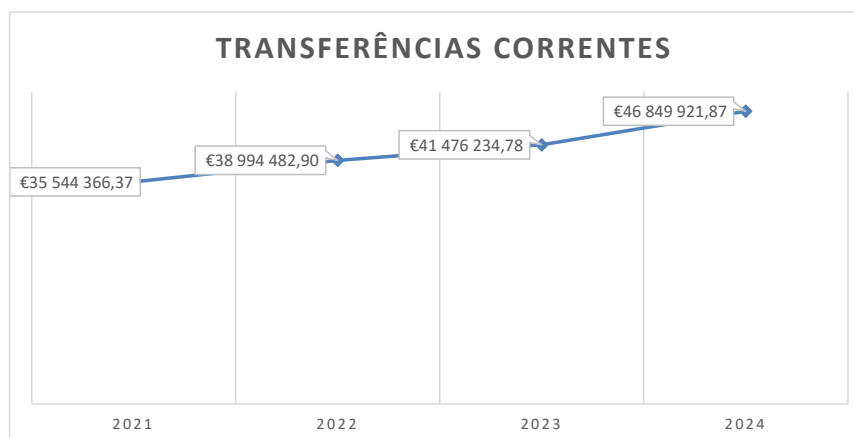


Gráfico 15: Evolução das receitas correntes

As transferências correntes são detalhadas nas seguintes rubricas:

Valores em euros

Rubrica	2024
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	10 604 363,99 €
Fundo Social Municipal (FSM)	3 716 240,00 €
Participação Fixa no IRS	8 818 606,00 €
Tr. Competências Lei 50/2018	18 659 455,00 €
Educação	14 870 715,00 €
Saúde	2 119 771,00 €
Ação Social	1 668 969,00 €
Particip. IVA - Artº. 26º-A, Lei 72/20	1 017 129,02 €
Outras Comparticipações	1 024 390,03 €
Estado-Part. Proj. co-financiados	552 278,11 €
Artigo 35º Lei 73/2013	2 457 459,72 €
Total	46 849 921,87 €

Quadro 24: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado

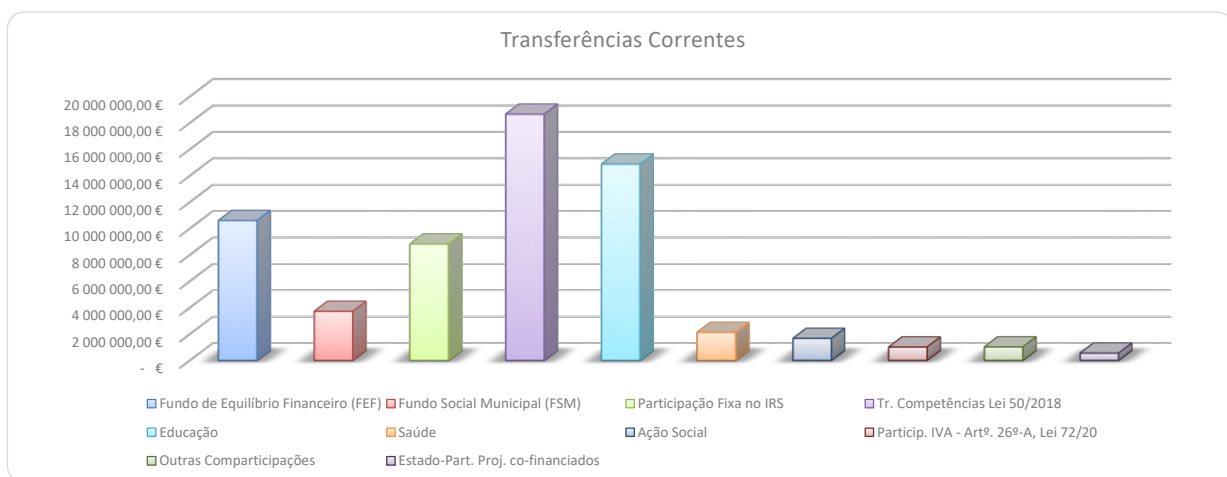


Gráfico 16: Distribuição das transferências provenientes do Orçamento de Estado

4.5. Despesa

No ano de 2024 a despesa total paga foi de 119.474.810 EUR, o que representa uma taxa de execução de 85,56%, como atrás já foi referido.

Valores em euros

	2024	2023	2022	2021
Despesa de Capital	27 667 964 €	31 504 076 €	39 102 816 €	35 839 300 €
Despesa Corrente	91 806 845 €	76 565 191 €	70 111 712 €	63 006 398 €
Total	119 474 810 €	108 069 267 €	109 214 528 €	98 845 698 €

Quadro 25: Evolução da despesa paga

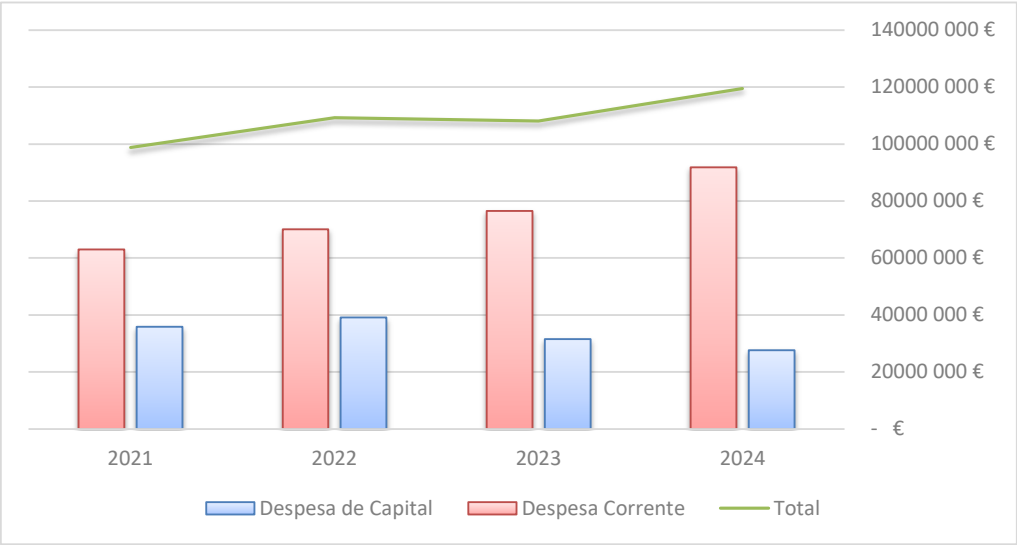


Gráfico 17: Evolução da despesa paga

No ano de 2024 a taxa de execução da despesa foi de 85,56%, tal como se detalha no mapa seguinte, distribuído pelas unidades orgânicas:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Assembleia Municipal	27 002 €	21 399 €	79,25%
Operações Financeiras	9 859 085 €	9 858 157 €	99,99%
Órgãos Autárquicos e Administração Geral	24 225 037 €	22 032 375 €	90,95%
Proteção Civil, Segurança e Fiscalização	2 155 445 €	2 077 316 €	96,38%
Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	126 850 €	62 564 €	49,32%
Modernização e Atendimento	20 585 €	9 496 €	46,13%
Recursos Humanos	37 007 460 €	36 431 699 €	98,44%
Cidadania e Participação	76 200 €	38 789 €	50,90%
Financeiro, Contabilidade e Património	2 913 958 €	2 471 580 €	84,82%
Aquisições e Contratação Pública	151 433 €	111 586 €	73,69%
Tecnologias de Informação	1 755 200 €	1 318 883 €	75,14%
Jurídico	141 283 €	86 512 €	61,23%
Protocolo	128 941 €	81 463 €	63,18%
Oficinas e Parque Automóvel	532 550 €	315 527 €	59,25%
Obras Municipais	13 432 900 €	9 094 650 €	67,70%
Mobilidade	164 100 €	110 387 €	67,27%
Coesão Social	11 410 981 €	8 410 917 €	73,71%
Cultura	2 639 775 €	2 349 960 €	89,02%
Urbanismo	82 100 €	19 315 €	23,53%
Educação, Formação e Emprego	12 819 985 €	10 012 858 €	78,10%
Desenvolvimento Económico e Turismo	2 045 937 €	1 260 372 €	61,60%
Espaços Públicos e Dinamização	289 726 €	80 580 €	27,81%
Proteção do Meio Ambiente, Florestas e Recursos Naturais	11 901 116 €	8 825 658 €	74,16%
Desporto e Gestão de Equipamentos	4 862 166 €	3 587 748 €	73,79%
Juventude e Tempos Livres	875 186 €	805 019 €	91,98%
Total	139 645 001 €	119 474 809 €	85,56%

Quadro 26: Despesa por Unidade Orgânica

Em termos de natureza de despesa, a execução foi a seguinte:

Valores em euros

	Dotação	Pago	Execução
Despesas Correntes	102 054 029 €	91 806 845 €	89,96%
Despesas de Capital	37 590 971 €	27 667 964 €	73,60%
Total Geral	139 645 000 €	119 474 809 €	85,56%

Quadro 27: Despesa por natureza

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Despesas com Pessoal	36 267 511 €	35 734 774 €	98,53%
Aquisição de bens e serviços	40 427 863 €	32 611 911 €	80,67%
Juros e outros encargos	2 510 394 €	2 509 596 €	99,97%
Transferências correntes	16 539 796 €	14 822 588 €	89,62%
Subsídios	1 447 000 €	1 446 097 €	99,94%
Outras despesas correntes	4 861 465 €	4 681 879 €	96,31%
Aquisição de bens de capital	27 794 365 €	18 369 234 €	66,09%
Transferências de capital	2 447 915 €	1 950 169 €	79,67%
Passivos financeiros	7 348 691 €	7 348 561 €	100,00%
Totais	139 645 001 €	119 474 810 €	85,56%

Quadro 28: Despesa por tipologia

Ao longo dos últimos anos temos assistido a um aumento dos Encargos com Pessoal que advém, designadamente, das atualizações salariais, das progressões remuneratórias e reposicionamentos, assim como da transferência de competências.

Valores em euros

	2024	2023	2022	2021
Despesas com Pessoal	35 734 774 €	33 201 067 €	30 484 674 €	28 404 446 €

Quadro 29: Evolução da despesa com pessoal

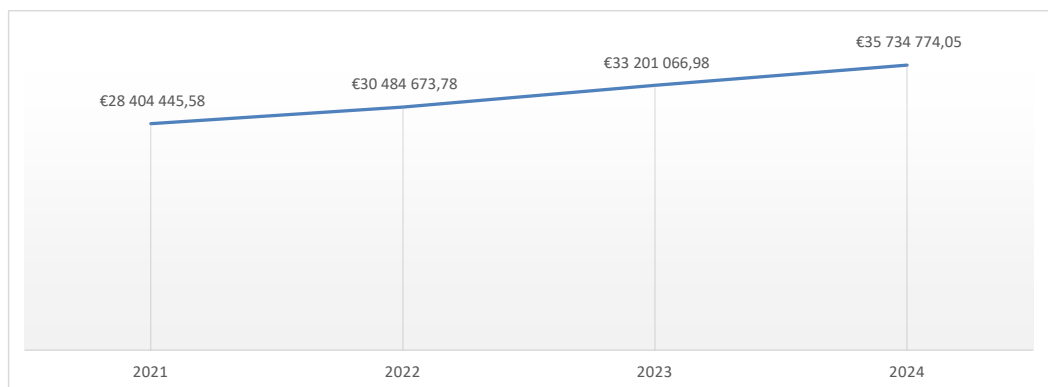


Gráfico 18: Evolução das despesas com pessoal

4.6. Encargos com Empréstimos Bancários

No Serviço da Dívida inclui-se, para além dos encargos com os juros e amortizações de empréstimos contraídos pelo Município, os juros suportados com indemnizações. No ano 2024, os encargos com o serviço de dívida ascenderam a 9.858.156,93 €, repartidos entre juros e amortização de capital.

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se que a componente de juro teve um decréscimo de 10,14%, em virtude da descida da taxa EURIBOR associada aos contratos de financiamento durante o ano de 2024, enquanto a amortização de capital teve um acréscimo de 35,70%.

Valores em euros			
Operações Financeiras	2024	2023	2022
Juros e outros encargos	2 509 595,75 €	2 792 843,55 €	1 108 941,78 €
Passivos financeiros - amortização	7 348 561,18 €	5 415 401,94 €	6 191 071,54 €
Total	9 858 156,93 €	8 208 245,49 €	7 300 013,32 €

Quadro 30: Encargos com o serviço da dívida

4.6. Transferências Correntes

Nesta rubrica incluem-se as transferências de natureza corrente efetuadas pela Autarquia a favor de terceiros, que em 2024 se repartiram da seguinte forma:

Valores em euros

Transferências	2024
Freguesias	2 317 765,02 €
Associações de Municípios	14 215,35 €
Outras Entidades	2 153 246,76 €
Administração Central (Escolas)	1 215 402,23 €
Instituições sem Fins Lucrativos	8 048 181,35 €
Famílias	1 062 977,49 €
Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	10 800,00 €
Total	14 822 588 €

Quadro 31: Distribuição das transferências correntes

Detalhe das transferências efetuadas para as Freguesias, no âmbito dos Contratos Interadministrativos e Acordos de Execução celebrados (incluindo no âmbito dos Transportes Escolares):

Valores em euros

Freguesia	2024
Freguesia da Lomba	185 297 €
Freguesia de Baguim do Monte	220 874 €
Freguesia de Rio Tinto	478 122 €
União de Freguesias de Fânzeres e São Pedro da Cova	435 024 €
União de Freguesias de Foz do Sousa e Covelo	256 754 €
União de Freguesias de Gondomar, Valbom e Jovim	497 157 €
União de Freguesias de Melres e Medas	244 538 €
TOTAL	2 317 765 €

Quadro 32: Distribuição por freguesia

No que concerne às transferências efetuadas para Instituições sem Fins Lucrativos, destaca-se as realizadas a favor das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e as executadas no âmbito do Programa de Apoio às Corporações:

Valores em euros

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários	2024
Areosa - Rio Tinto	336 004,39
Gondomar	523 443,05
Melres	397 363,96
São Pedro da Cova	291 528,49
Valbom	414 139,87
TOTAL	1 962 479,76 €

Quadro 33: Distribuição por corporação de bombeiros

Relativamente às outras Instituições sem fins lucrativos, referentes a programas de apoio ao associativismo, a distribuição por áreas foi a seguinte:

Valores em euros

Programa de Apoio ao Associativismo	2024
Cultural	1 006 589,11 €
Desportivo	1 175 789,73 €
Social	456 898,94 €
Sócio - Educativo	41 000,00 €
Proteção Animal e Ambiente	26 514,10 €
TOTAL	2 680 277,78 €

Quadro 34: Distribuição por natureza de apoio

4.7. Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano no ano de 2024 foi de 78,20%, melhorando a taxa de execução dos anos anteriores, conforme se dá conta no seguinte mapa, em que as rubricas GOP são agrupadas por classificação funcional:

Valores em euros

Designação	Dotação	Pago	Execução
Administração Geral	19 795 308,00 €	17 078 506,03 €	86,28%
Proteção civil e luta contra incêndios	1 995 351,00 €	1 962 479,76 €	98,35%
Educação	12 618 336,16 €	9 862 855,35 €	78,16%
Saúde	1 294 945,71 €	420 666,40 €	32,49%
Ação Social	7 290 978,29 €	5 695 887,98 €	78,12%
Habitação	3 037 017,68 €	2 309 685,93 €	76,05%
Proteção meio ambiente e conservação natureza	11 976 937,00 €	8 987 965,12 €	75,04%
Cultura	2 606 382,00 €	2 328 498,02 €	89,34%
Desporto, recreio e lazer	5 338 279,75 €	4 129 227,27 €	77,35%
Tranportes e Comunicações	9 490 286,52 €	6 754 340,23 €	71,17%
Mercados e feiras	192 706,00 €	19 807,33 €	10,28%
Turismo	814 550,00 €	636 802,92 €	78,18%
Outras funções económicas	1 491 130,21 €	765 691,61 €	51,35%
Total	77 942 208,32 €	60 952 413,95 €	78,20%

Quadro 35: Classificação funcional das GOP

5. CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

5.1. Cálculo da Dívida Própria e de Entidades participadas

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (RFALEI)

Dezembro de 2024

Nº 2, artigo 52º do RFALEI

Grupo	Valor em dívida	Peso da Dívida
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	63 136,06	0,10%
Fornecedores	15 582 041,20	25,16%
Estado e Outros Entes Públicos	585 484,51	0,95%
Financiamentos obtidos	37 722 512,96	60,91%
Fornecedores de investimentos c/c	1 603 196,60	2,59%
Faturas em receção e conferência	4 541 731,85	7,33%
Sociedades de factoring	0,00	0,00%
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	232 545,57	0,38%
TOTAL DÍVIDA MUNICÍPIO DE GONDOMAR	60 330 648,75 €	97,42%

Empresas Participadas - alínea c) do nº 1 do artigo 54º do RFALEI

Nota: Dados a 31 de Dezembro de 2024

EMPRESA	Valor	Peso da Dívida
Parque das Serras do Porto	- €	0,00%
LIPOR Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	775 569,04 €	1,25%
Área Metropolitana do Porto	- €	0,00%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A.	818 080,08 €	1,32%
AdePorto - Agência de Energia do Porto	4 308,84 €	0,01%

TOTAL DÍVIDA EMPRESAS PARTICIPADAS	1 597 957,96 €	2,58%
DÍVIDA MUNICIPAL TOTAL - art. 52º LFL	61 928 606,71 €	100,00%

Quadro 36: Cálculo do endividamento municipal

À data do encerramento de contas, os elementos disponibilizados pelas entidades participadas são os acima relevados, contudo provisórios, atendendo a que, na maioria das entidades, o encerramento de contas pode ser feito até 30 de junho.

Dispõe o nº 1 do artigo 52º da LFL, quanto ao limite da dívida total do Município:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Assim, a receita média do Município de Gondomar, conforme dispõe o RFALEI é a seguinte:

Valores em euros

Cálculo dos limite de endividamento - nº 1, artigo 52º, RFALEI

Exercício	Receita
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2021	84 649 876,26 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2022	93 244 268,76 €
Receita corrente e outras receitas líquidas de 2023	94 684 040,17 €
RECEITA MÉDIA	90 859 395,06 €

Quadro 37: Receita média dos 3 últimos exercícios

5.2. Margem apurada do Endividamento Municipal

A multiplicação do coeficiente 1,5 pela média da receita corrente dá como resultado 136.298.093 EUR, determinando a 01 de janeiro de 2024.

Assim, os parâmetros nos termos da lei relativamente ao endividamento municipal são os seguintes resumidos no quadro abaixo:

Valores em euros

Cálculo da margem de endividamento

Valor da Dívida TOTAL a 01 de Janeiro de 2024	63 292 464 €	
Valor da Dívida TOTAL a 31 de dezembro de 2024	61 928 607 €	a) do nº 3 do artigo 52º do RFALEI
Limite de Endividamento a 31 de dezembro de 2024	136 289 093 €	
Margem Alcançada	74 360 486 €	
Nível endividamento	0,681587266	

Quadro 38: Cálculo da margem de endividamento

Como vem sendo habitual no Município de Gondomar, no exercício de 2024 voltou a aumentar a margem de endividamento, alcançando, nos termos da lei, de endividamento de 74.360.486 EUR.

5.3. Evolução do Endividamento

No quadro abaixo mostra-se a evolução do endividamento e a sua trajetória de redução.

Valores em euros

	2024	2023	2022	2021
Endividamento	61 928 607 €	63 292 464 €	63 321 191 €	65 868 266 €
Limites	136 289 092,60 €	129 432 316,16 €	119 615 418,16 €	111 062 742,22 €

Quadro 39: Margem de endividamento

De seguida ilustra-se graficamente esta evolução

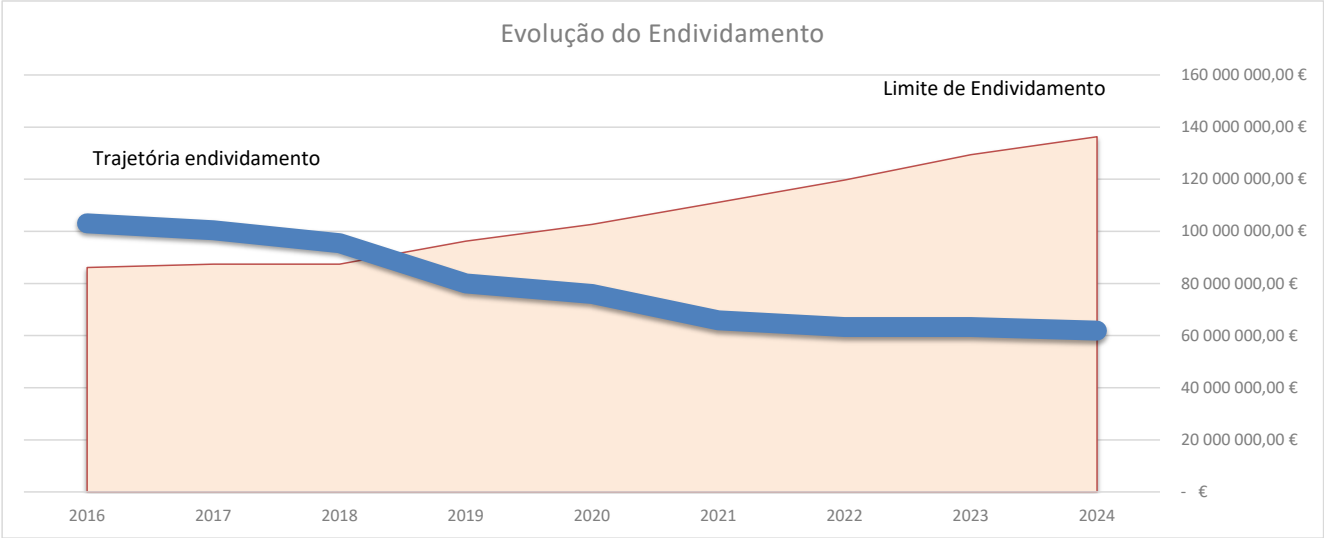


Gráfico 19: Evolução do endividamento

6. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão é um instrumento de apoio à gestão e também para a administração local, permitindo uma gestão mais informada e estratégica dos recursos públicos. A sua implementação não é apenas uma prática recomendada, mas uma exigência legal, conforme estabelecido pela Norma de Contabilidade Pública nº 27 (NCP 27). Esta norma é parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e define as bases para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão robusto e eficaz. A NCP 27 visa aprimorar a qualidade da informação financeira disponível, promovendo uma maior transparência e accountability. Ela estabelece que a contabilidade de gestão deve servir tanto propósitos internos, apoiando os processos de gestão pública, quanto externos, contribuindo para a responsabilização pela prestação de contas. Este capítulo irá explorar a relevância da NCP 27 para a administração local, detalhando como a sua aplicação contribui para uma governança mais eficiente e responsável.

Ressalvamos que a contabilidade de gestão se encontra numa fase de implementação e melhoria das aplicações informáticas associadas, pelo que a comparabilidade com outras Demonstrações Financeiras poderá ficar prejudicada.

Apesar disso se deixa aqui um quadro resumo dos resultados pelas funções.

Rótulos de Linha		Valores em euros
		Soma de Valor
Função: 110 - Serviços gerais de administração pública	-	41 236,07 €
Função: 111 - Administração geral		116 271 930,01 €
Função: 120 - Segurança e ordem públicas	-	11 997,09 €
Função: 121 - Protecção civil e luta contra incêndios	-	3 871 624,17 €
Função: 122 - Polícia municipal	-	389 840,73 €
Função: 210 - Educação	-	15 788,90 €
Função: 211 - Ensino não superior	-	33 934 033,39 €
Função: 212 - Serviços auxiliares de ensino	-	5 600,92 €
Função: 220 - Saúde	-	2 247 199,11 €
Função: 221 - Serviços individuais de saúde	-	194 832,89 €
Função: 230 - Segurança e acção sociais	-	1 729,93 €
Função: 232 - Acção social	-	6 005 242,07 €
Função: 241 - Habitação	-	3 033 046,85 €
Função: 242 - Ordenamento do território	-	157 015,01 €
Função: 243 - Saneamento	-	2 190,39 €
Função: 244 - Abastecimento de água	-	6 777 309,70 €
Função: 245 - Resíduos sólidos	-	14 717 011,73 €
Função: 246 - Protecção do meio ambiente e conservação da nature	-	5 650 308,77 €
Função: 250 - Serviços culturais, recreativos e religiosos	-	327,35 €
Função: 251 - Cultura	-	5 461 992,78 €
Função: 252 - Desporto, recreio e lazer	-	11 107 955,12 €
Função: 253 - Outras actividades cívicas e religiosas	-	2 089 532,56 €
Função: 320 - Indústria e energia	-	3 084 465,48 €
Função: 330 - Transportes e comunicações	-	1 336 329,81 €
Função: 331 - Transportes rodoviários	-	9 149 354,24 €
Função: 333 - Transportes fluviais	-	58 104,08 €
Função: 341 - Mercados e feiras	-	83 230,87 €
Função: 342 - Turismo	-	1 313 118,67 €
Função: 350 - Outras funções económicas	-	1 052 184,86 €
Função: 410 - Operações da dívida autárquica	-	597 227,31 €
Função: 420 - Transferências entre administrações	-	2 311 046,28 €
Total Geral		1 571 052,05 €

Quadro 40: Contabilidade de gestão

7. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

7.1. Demonstrações Financeiras

O Município encontra-se a aplicar o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020. É comum realizar comparações entre os exercícios de 2024 e 2023, evitando-se, contudo, comparações com o normativo anterior (POCAL) uma vez que podem existir distorções motivadas das alterações das políticas contabilísticas.

O relato financeiro das entidades públicas, no âmbito do SNC-AP, visa permitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos e proporcionar informação útil para efeitos de tomada de decisões de gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

a) Balanço

O Município elaborou o balanço e as restantes demonstrações financeiras com base no pressuposto da continuidade das operações e registos contabilísticos e, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

a.1) Análise do Ativo

Valores em euros

Rubricas	Ano 2024	Peso 2023 %	Ano 2023	Peso 2023 %2	Evolução 23-24
Ativos fixos tangíveis	426 426 811 €	87,61%	382 671 053 €	86,52%	10,26%
Propriedades de investimento	341 640 €	0,07%	264 080 €	0,06%	22,70%
Ativos intangíveis	800 575 €	0,16%	729 328 €	0,16%	8,90%
Participações financeiras	9 229 496 €	1,90%	9 229 496 €	2,09%	0,00%
Outras contas a receber	1 643 637 €	0,34%	1 876 142 €	0,42%	-14,15%
Ativo não corrente	438 442 159 €		394 770 099 €		
Cientes, contribuintes e utentes	1 735 148 €	0,36%	1 951 262 €	0,44%	-12,46%
Estado e outros entes públicos	- €	0,00%	- €	0,00%	-
Outras contas a receber	39 244 810 €	8,06%	38 180 375 €	8,63%	2,71%
Diferimentos	34 566 €	0,01%	- €	0,00%	0,00%
Caixa e depósitos	7 266 594 €	1,49%	7 378 093 €	1,67%	-1,53%
Ativo corrente	48 281 118 €		47 509 730 €		
TOTAL	486 723 276 €	100,00%	442 279 829 €	100,00%	9,13%

Quadro 41: Rubricas do ativo

Verifica-se que, no ano de 2024, houve um crescimento de 9,13 % do Ativo, sendo que a rubrica Ativos Fixos Tangíveis é a que evidencia maior preponderância nos ativos do Município, representando 87,61% do total do ativo.

No exercício de 2024 foi efetuado o reconhecimento de bens associados ao contrato de concessão celebrado com a “Águas de Gondomar, SA”, nos termos da NCP 4, cujo valor líquido contabilístico ascendeu a 46,1 milhões de euros, respeitando 45,53 milhões de euros a ativos adquiridos/construídos entre 2002 e 2023 e 571 mil a ativos adquiridos/construídos em 2024.

As outras contas a receber ascendem a 39,2 milhões de euros, respeitando, na sua maioria, a devedores por acréscimos de rendimentos relacionados com impostos a receber em 2025 relativos a 2024.

a.2) Análise do Passivo

Valores em euros

Rubricas	Ano 2024	Peso 2024 %	Ano 2023	Peso 2023 %	Evolução 2024-2023
Provisões	3 227 769 €	2,64%	2 727 252 €	2,89%	15,51%
Financiamentos obtidos	33 063 213 €	27,05%	37 872 849 €	40,18%	-14,55%
Diferimentos	38 524 582 €	31,52%			100,00%
Outras contas a pagar	6 064 357 €	4,96%	5 831 389 €	6,19%	3,84%
Passivo não corrente	80 879 921 €	66,18%	46 431 491 €	49,26%	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	63 136 €	0,05%	232 462 €	0,25%	-268,19%
Fornecedores	15 582 041 €	12,75%	10 736 814 €	11,39%	31,09%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	0,00%	- €	0,00%	0,00%
Estado e outros entes públicos	585 485 €	0,48%	520 254 €	0,55%	11,14%
Financiamentos obtidos	4 659 300 €	3,81%	5 082 710 €	5,39%	-9,09%
Fornecedores de investimentos	6 144 928 €	5,03%	6 101 816 €	6,47%	0,70%
Outras contas a pagar	6 826 418 €	5,59%	6 501 422 €	6,90%	4,76%
Diferimentos	7 477 580 €	6,12%	18 643 671 €	19,78%	-149,33%
Passivo corrente	41 338 888 €	33,82%	47 819 150 €		
TOTAL	122 218 809 €	100,00%	94 250 641 €	100,00%	22,88%

Quadro 42: Rubricas do passivo

Na análise do passivo convém realçar que as componentes Financiamento Obtidos existentes tanto no Passivo Não Corrente (médio e longo prazo) como no Passivo Corrente (curto prazo) se referem aos mesmos financiamentos, apenas se distinguindo os montantes que vão ser cobrados em 2025 mencionados no Passivo Corrente.

Os “Diferimentos” do passivo não corrente respeitam a rendimentos a reconhecer associados ao contrato de concessão existente com a empresa “Aguas de Gondomar. SA”, o qual foi reconhecido pela primeira vez no exercício de 2024, de acordo com o preconizado na NCP 4.

Os “Diferimentos” do passivo corrente respeitam na sua maioria a transferências de capital recebidas no âmbito de subsídios ao investimento, cuja execução está em curso.

A rubrica “Outras Contas a Pagar” do passivo não corrente refere-se a cauções retidas a fornecedores de imobilizado (empreitadas) nos termos do Código dos Contratos Públicos, aquando do pagamento dos respetivos Autos de Mediação.

Por sua vez, as “Outras Contas a Pagar” do passivo corrente respeitam, essencialmente, a credores por acréscimos de gastos, onde assume especial relevância a estimativa relativa às remunerações dos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2025 (5 milhões de euros).

b) Análise do Fundo Patrimonial

Rubricas	Ano 2024	Peso 2024 %	Ano 2023	Valores em euros	
				Peso 2023 %	Evolução 2024-2023
Património/Capital	184 303 479 €	50,56%	183 825 073 €	52,82%	0,26%
Reservas	4 110 231 €	1,13%	3 985 267 €	1,15%	3,04%
Resultados transitados	67 643 183 €	18,56%	63 328 934 €	18,20%	6,38%
Outras variações no Património Líquido	106 876 523 €	29,32%	94 390 635 €	27,12%	11,68%
Resultado líquido do período	1 571 052 €	0,43%	2 499 280 €	0,72%	-59,08%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	364 504 467 €	100,00%	348 029 188 €	100,00%	4,52%

Quadro 43: Rubricas do Património Líquido

A rubrica “Património/Capital” verificou um acréscimo na ordem de 478 mil euros relacionado com a inclusão no património municipal de bens que já eram propriedade do Município.

A variação na rubrica “Reservas” respeita à aplicação de parte do resultado líquido de 2023.

Por sua vez, a rubrica “Resultados transitados” verificou uma variação de 4,3 milhões de euros, respeitando à aplicação do resultado líquido de 2023 (2,37 milhões de euros) e a regularizações efetuadas associadas ao acordo de concessão existente com a “Aguas de Gondomar, SA”, depreciações extraordinárias relacionadas com empreitadas concluídas em anos anteriores, mas inventariadas em 2024 e regularização de subsídios ao investimento conexos com as mesmas. As regularizações efetuadas estão descritas e quantificadas na nota 2.

A componente referida como “Outras Variações do Património líquido” contempla, essencialmente, o valor referente a subsídios ao investimento ligados a bens do ativo fixo tangível, registados no Património Municipal.

Estes montantes são imputados a rendimentos ao mesmo ritmo que o valor das depreciações do respetivo bem.

O mapa dos subsídios ao investimento existentes é o que a seguir se discrimina nos vários projetos a que o Município se candidatou.

c) Mapa dos Subsídios ao Investimento

Descrição	Ano 2024					Total Líquido 2024
	Comp. recebida 2024	TOTAL Programa 2024	Conta Patrimonial	Proveito 2024	Amortizações Acumuladas 2024	
Biblioteca Municipal		1 154 454,00 €		32 093,82 €	451 622,39 €	670 737,79 €
Programa POUS		8 918 484,30 €		524 406,88 €	5 112 075,20 €	3 282 002,22 €
Programa PER		869 131,67 €		24 161,86 €	347 187,46 €	497 782,35 €
Programa Pro-Habita		7 590 123,80 €		203 043,88 €	2 776 661,16 €	4 813 462,64 €
URBAN II		2 736 502,78 €		89 846,37 €	1 633 810,41 €	1 102 692,37 €
ON- Operação Norte		5 936 935,19 €		120 238,06 €	3 149 102,55 €	2 787 832,64 €
POA Programa Operacional do Ambiente		787 616,98 €		39 380,85 €	475 851,92 €	311 765,06 €
Habituação Social D.L. 226/87		1 352 485,60 €		38 743,34 €	559 820,65 €	792 664,95 €
QREN		23 359 357,82 €		661 050,65 €	7 550 601,79 €	15 808 756,03 €
Requalificação Rede Escolar - DREN		11 667 825,13 €		277 694,24 €	2 391 665,73 €	9 276 159,40 €
Alargamento da Rede Pré-Escolar - DREN		671 635,34 €		12 932,91 €	168 203,94 €	503 431,40 €
Regulação da Iluminação pública		700 000,00 €		- €	700 000,00 €	- €
Eficiência Energética nas Piscinas Municipais		963 343,44 €		32 768,15 €	432 254,11 €	531 089,33 €
Portugal 2020	2 181 518,95 €	31 708 615,32 €		1 159 609,58 €	7 325 708,26 €	24 282 261,33 €
PRR -Plano de Recuperação e Resiliência	1 621 885,80 €	2 662 422,81 €		- €	- €	2 662 422,81 €
OVERBOOKING	- €	5 120 523,22 €		126 204,37 €	3 278 257,19 €	1 968 470,40 €

Quadro 44: Mapa dos subsídios ao investimento

c) Demonstração de resultados por natureza

No próximo quadro far-se-á uma análise dos Rendimentos durante o ano de 2024

Valores em euros

Rendimentos	Ano 2024	Peso 2024 %	Ano 2023	Peso 2023 %	Variação 2024-2023
Impostos, contribuições e taxas	43 990 278 €	36,33%	39 274 762 €	38,55%	10,72%
Vendas	64 084 €	0,05%	- €	0,00%	0,00%
Prestações de serviços e concessões	23 312 150 €	19,25%	15 774 076 €	15,48%	32,34%
Transferências e subsídios correntes obtidos	47 144 627 €	38,93%	42 323 351 €	41,55%	10,23%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas	- €	0,00%	61 965 €	0,06%	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00%	- €	0,00%	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00%	- €	0,00%	0,00%
Outros rendimentos	6 518 691 €	5,38%	4 369 944 €	4,29%	32,96%
Juros e rendimentos similares obtidos	69 631 €	0,06%	67 938 €	0,07%	2,43%
	121 099 462 €	100,00%	101 872 034 €	100,00%	15,88%

Quadro 45: Rubricas dos rendimentos

Verifica-se um aumento generalizado nas rubricas de rendimentos, ascendendo a sua variação a 15,88%.

As rubricas que verificam um maior aumento são as “Prestações de serviços e concessões” e “Outros rendimentos”.

Para o aumento da rubrica “Prestações de serviços e concessões” contribuiu a imputação a rendimentos da componente de 2024 associada ao contrato de concessão com as “Aguas de Gondomar, SA”.

Por sua vez, os “Outros rendimentos” respeitam essencialmente a ganhos com alienações de ativos fixos tangíveis e imputação a rendimentos de subsídios para investimentos.

No quadro seguinte faz-se uma análise dos gastos efetuados durante o ano de 2024:

Gastos	Ano 2024	Peso 2024 %	Ano 2023	Valores em euros	
				Peso 2023 %	Variação 2024-2023
Fornecimentos e serviços externos	34 598 920 €	28,95%	30 801 785 €	32,05%	10,97%
Gastos com pessoal	36 784 618 €	30,77%	34 349 215 €	37,18%	6,62%
Transferências e subsídios concedidos	17 618 641 €	14,74%	12 459 357 €	12,63%	29,28%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	450 245 €	0,38%	1 131 779 €	0,70%	-151,37%
Outros gastos	8 451 766 €	7,07%	6 370 710 €	2,56%	24,62%
Provisões	500 517 €	0,42%	1 122 384 €	1,13%	-124,25%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	19 031 523 €	15,92%	11 116 154 €	14,18%	41,59%
Juros e gastos similares suportados	2 092 180 €	1,75%	2 021 372 €	0,70%	3,38%
	119 528 409,58 €	100,00%	99 372 754 €	100,00%	16,86%

Quadro 46: Rubricas de gastos

Relativamente a 2023, regista-se um acréscimo de gastos totais de 16,86%, destacando-se os gastos com fornecimentos e serviços externos (10,97%), gastos com o pessoal (6,62%), transferências e subsídios concedidos (29,28%) e gastos de depreciações e amortização (41,59%).

O crescimento da rubrica de “Gastos com pessoal” está relacionado com atualizações salariais, progressões e recrutamentos, já mencionado anteriormente.

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização registou um crescimento acentuado, estando relacionado em parte com a depreciações dos bens associados ao contrato de concessão com a “Águas de Gondomar” reconhecidos em 2024.

7.2. Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores de gestão transmitem uma visão global da situação das finanças da edilidade. No entanto, em termos de comparabilidade, considerando a especificidade de cada Município, nomeadamente a forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não é possível a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

a) Solvabilidade

Este rácio permite conhecer a capacidade do Município em dissolver os seus compromissos de médio/longo prazo.

Este indicador é calculado através da divisão entre Fundos Próprios e Passivo.

O seu valor deve ser superior a 50% para que haja boa solvabilidade, não devendo ser inferior a 35%.

O rácio de Solvabilidade do Município de Gondomar apresenta o valor de 298,24%, no que se pode concluir que é um bom indicador, uma vez que significa que o valor do património é suficiente para cobrir todas as dívidas da autarquia.

Este indicador tem vindo a subir ao longo dos últimos exercícios, conforme se comprova pelo quadro e gráfico abaixo:

Índice de solvabilidade	2024	2023	2022	2021
Património Líquido / Passivo	298,24%	369,26%	386,83%	376,42%

Quadro 47: Índice de solvabilidade

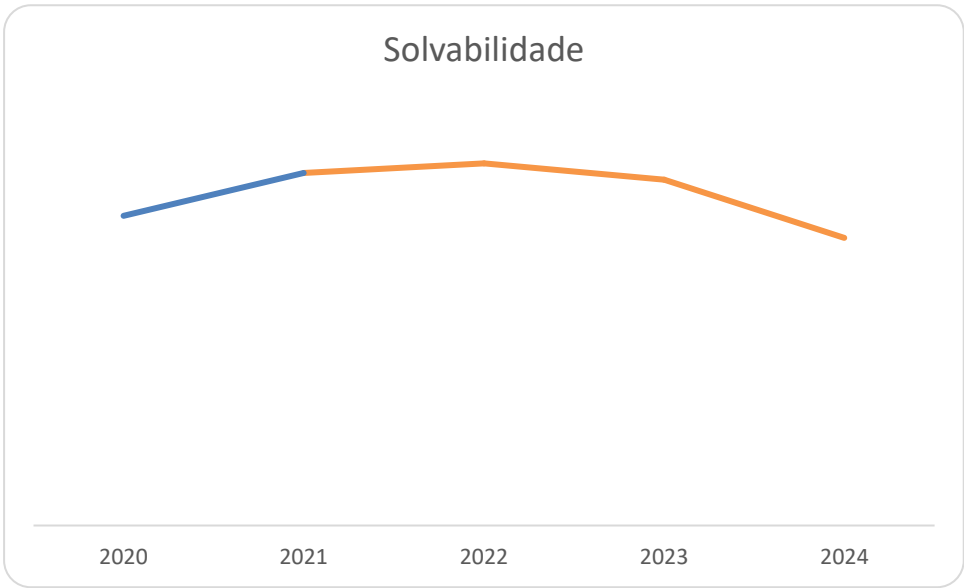


Gráfico 20: Índice de solvabilidade

b) Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral representa a capacidade que a autarquia tem de dissolver os seus compromissos de curto prazo e é calculado através da divisão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, pelo que o seu valor deve ser superior a 1.

O valor encontrado foi de 116,79 % representa as a dificuldade em manter os índices anteriores por causa de vários fatores, como a inflação que implicou a revisão de preços de vários contratos e a perda de receita proveniente do ataque informático que o Município sofreu em 26 de setembro.

Liquidez Geral	2024	2023	2022	2021
Ativo Corrente / Passivo Corrente	116,79%	99,35%	130,35%	191,85%

Quadro 48: Índice de liquidez geral

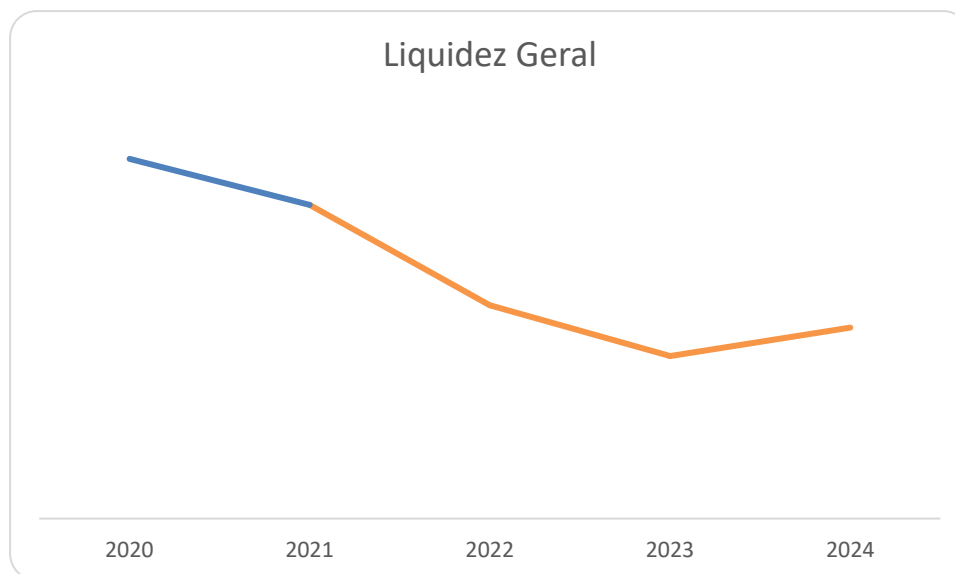


Gráfico 21: Índice de liquidez geral

c) Autonomia Financeira

Este rácio determina a dependência do Município face aos capitais alheios.

É calculado através da divisão dos Fundos Próprios com o Ativo Total Líquido e não deverá ter um percentual inferior a 35%.

O valor máximo de 100% representa a situação em que o Ativo Líquido é totalmente financiado por capitais próprios, não existindo qualquer dívida a pagar.

O grau de Autonomia Financeira do Município de Gondomar está fixado em 74,89 %, o que representa alguma dependência de capitais alheios.

Autonomia Financeira	2024	2023	2022	2021
Património Líquido / Ativo Líquido	74,89%	78,69%	79,46%	79,01%

Quadro 49: Grau de autonomia financeira

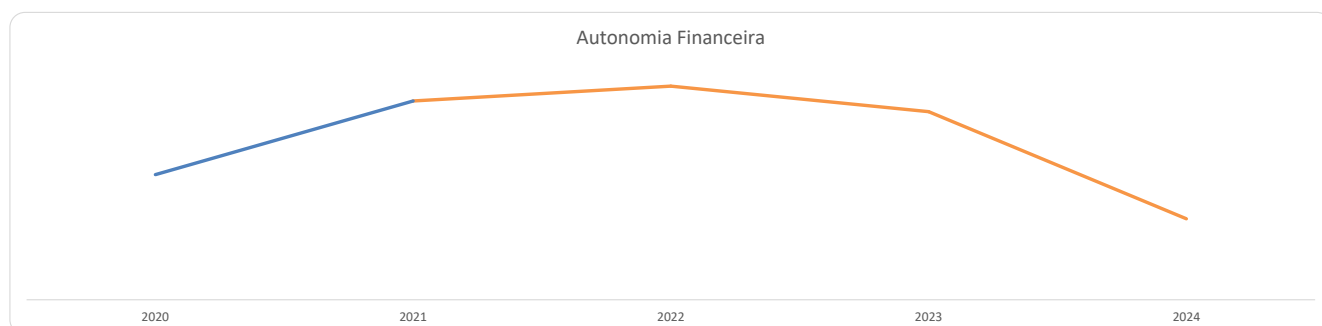


Gráfico 22: Grau de autonomia financeira

d) Estrutura

Este indicador avalia se o elemento principal da organização é o capital próprio (fundos próprios) ou o passivo de médio e longo prazo.

Este indicador deve ser inferior a 1, situação que revela um que a organização possui fundos próprios suficientes para comportar o passivo de médio e longo prazo.

Como se verifica este indicador apresenta um resultado de 22,19 % e continua com uma curva favorável ao longo dos últimos exercícios, na medida em que não foi contraída mais nenhuma dívida de médio e longo prazo.

Estrutura	2024	2023	2022	2021
Passivo não Corrente / Património Líquido	22,19%	13,34%	14,69%	17,69%

Quadro 50: Índice de estrutura

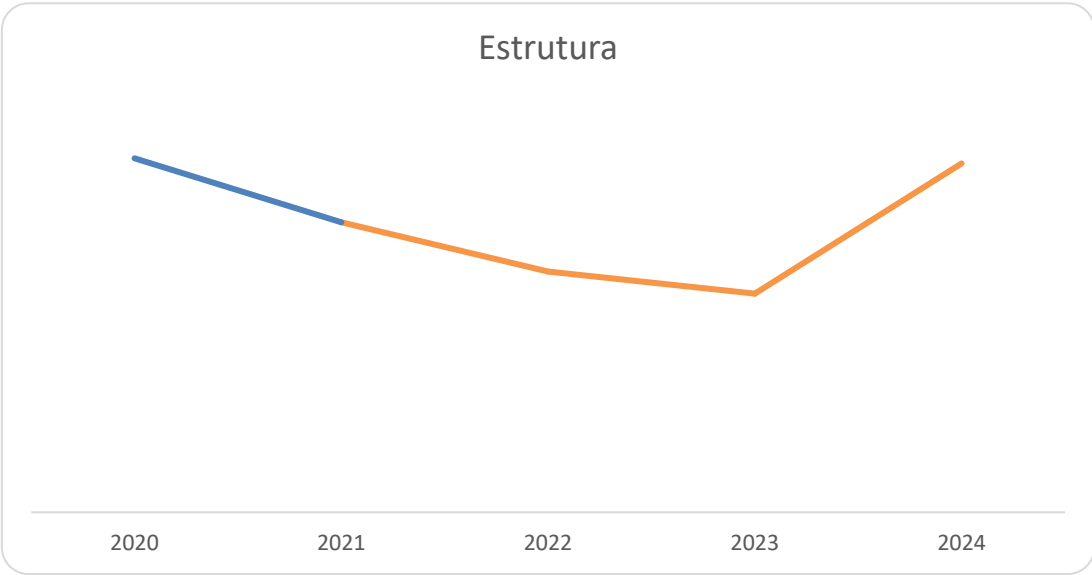


Gráfico 23: Índice de estrutura

8) PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Estabelece o Ponto 4.1 da Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas o seguinte:

«A ata da reunião de aprovação das contas elo órgão competente, a apresentar pelas entidades que aplicam o SNC-AP, deverá identificar os factos mais importantes constantes dos documentos de prestações de contas, abrangendo, de acordo com as situações aplicáveis».

Nestes termos, apresentam-se os seguintes elementos:

Balanço

- Total do ativo: 486.723.276,48 EUR
- Total do património líquido/ capital próprio/ fundo social: 364.504.467,38 EUR
- Total passivo: 122.218.809,10 EUR

Demonstração de Resultados (DR)

- Total de Rendimentos: 121.099.461,68 EUR
- Total de Gastos: 119.528.409,58 EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)

- Total de Recebimentos: 120.707.392,73 EUR
- Total de Pagamentos: 120.818.831,15 EUR

Desempenho orçamental (DDORC)

- Total de Recebimentos: 119.691.206,29 EUR
- Total de Pagamentos: 119.474.809,66 EUR

Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental

- Saldo inicial de operações orçamentais: 610.179,61 EUR
- Saldo final de operações orçamentais: 216.396,73 EUR
- Saldo inicial de operações de tesouraria: 6.767.913,60 EUR
- Saldo final de operações de tesouraria: 7.050.197,17 EUR

Tendo em conta o Resultado Líquido do Exercício de 2024, evidenciado na Demonstração dos Resultados por Natureza, o qual é positivo no montante de 1.571.052,05 EUR, propõe-se, assim, a seguinte aplicação de resultados:

Que sejam constituídas reservas legais no montante de 78.552,60 EUR correspondente a 5% do resultado líquido;

O restante valor, 1.492.499,45 EUR, seja transferido para a conta 561 – Resultados Transitados de Períodos Anteriores.

9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9.1. Balanço

Município de Gondomar			
Balanço em 31 de Dezembro de 2024		Valores em €	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2, 5	426 426 811,02	382 671 052,81
Propriedades de investimento	2, 8	341 639,74	264 080,00
Ativos intangíveis	2, 3	800 575,47	729 328,23
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	9 229 495,86	9 229 495,86
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber	18, 23	1 643 636,74	1 876 141,93
		438 442 158,83	394 770 098,83
Ativo corrente			
Inventários			
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	9, 18, 23	1 735 147,76	1 951 262,45
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18, 23	39 244 810,01	38 180 374,76
Diferimentos	18	34 565,98	
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	7 266 593,90	7 378 093,21
		48 281 117,65	47 509 730,42
Total do Ativo		486 723 276,48	442 279 829,25
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		184 303 479,07	183 825 072,87
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas		4 110 230,50	3 985 266,50
Resultados transitados		67 643 183,26	63 328 933,84
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido		106 876 522,50	94 390 635,27
Resultado líquido do período		1 571 052,05	2 499 279,94
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		364 504 467,38	348 029 188,42

Município de Gondomar		
Balanço em 31 de Dezembro de 2024		Valores em €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	3 227 768,93	2 727 252,42
Financiamentos obtidos	7, 18	33 063 213,01	37 872 849,23
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23	38 524 582,07	
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar	18, 23	6 064 356,60	5 831 389,11
		80 879 920,61	46 431 490,76
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18, 23	63 136,06	232 462,06
Fornecedores	18, 23	15 582 041,20	10 736 814,22
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18, 23	585 484,51	520 254,35
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7, 18	4 659 299,95	5 082 710,34
Fornecedores de investimentos	18, 23	6 144 928,45	6 101 816,03
Outras contas a pagar	18,23	6 826 417,89	6 501 421,83
Diferimentos	23	7 477 580,43	18 643 671,24
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		41 338 888,49	47 819 150,07
Total do Passivo		122 218 809,10	94 250 640,83
Total do Património Líquido e Passivo		486 723 276,48	442 279 829,25

9.2. Demonstração de Resultados

Município de Gondomar			
Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2024			Valores em €
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	13,14,23	43 990 278,41	39 274 761,51
Vendas	13	64 084,24	
Prestações de serviços e concessões	13	23 312 150,46	15 774 075,63
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empre	13		61 964,65
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	47 144 627,31	42 323 350,72
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários t			
Fornecimentos e serviços externos	23	-34 598 920,07	-30 801 784,87
Gastos com pessoal	19,23	-36 784 617,75	-34 349 214,80
Transferências e subsídios concedidos	23	-17 618 641,00	-12 459 357,25
Prestações sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9,18,23	-450 245,16	-1 131 778,69
Provisões (aumentos/reduções)	15	-500 516,51	-1 122 383,95
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14,23	6 518 690,60	4 369 943,56
Outros gastos	23	-8 451 766,03	-6 370 709,61
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		22 625 124,50	15 568 866,90
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3, 5	-19 031 522,87	-11 116 153,60
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		3 593 601,63	4 452 713,30
Juros e rendimentos similares obtidos	13	69 630,61	67 938,28
Juros e gastos similares suportados	7, 23	-2 092 180,19	-2 021 371,64
Resultado antes de impostos		1 571 052,05	2 499 279,94
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		1 571 052,05	2 499 279,94
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		1 571 052,05	2 499 279,94

9.3. Demonstração das alterações no património Líquido

Município de Gondomar												
Anual 2024 (Período 14)												
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO												
Descrição	Notas	Capital / Património Subscrito	Ações (quotas) Próprias	Outros Instrum. De Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	(1)	183 825 072,87 €	- €	- €	- €	3 985 266,50 €	63 328 933,84 €	94 390 635,27 €	2 499 279,94 €	348 029 188,42 €	- €	348 029 188,42 €
Alterações no período		478 406,20 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Alterações de políticas contabilísticas			- €	- €	- €	124 964,00 €	4 314 249,42 €	12 485 887,23 €	2 499 279,94 €	14 904 226,91 €	- €	14 904 226,91 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Realização do excedente de revalorização			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Excedentes de revalorização e respetivas variações			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Transferências e subsídios de capital			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Correção de erros materiais		468 406,20 €	- €	- €	- €	- €	1 783 222,11 €	7 156 585,77 €	- €	9 408 214,08 €	- €	9 408 214,08 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		9 999,97 €	- €	- €	- €	124 964,00 €	2 531 027,31 €	1 443 197,77 €	2 499 279,94 €	1 609 909,11 €	- €	1 609 909,11 €
Resultado Líquido do Período	(2)	478 406,20 €	- €	- €	- €	124 964,00 €	4 314 249,42 €	12 485 887,23 €	2 499 279,94 €	14 904 226,91 €	- €	14 904 226,91 €
Resultado Integral	(3) (4)=(2)+(3)		- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 571 052,05 €	1 571 052,05 €	- €	1 571 052,05 €
Operações com detentores de capital no período			- €	- €	- €	- €	- €	- €	928 227,89 €	928 227,89 €	- €	928 227,89 €
Realizações de capital/património			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Entradas para cobertura de perdas			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outras operações			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subscrições de prémios de emissão			- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Posição fim período	(5) (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	184 303 479,07 €	- €	- €	- €	4 110 230,50 €	67 643 183,26 €	106 876 522,50 €	1 571 052,05 €	364 504 467,38 €	- €	364 504 467,38 €

Quadro 53: Demonstração de Alterações do Património Líquido

9.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		14 888 394,97	13 461 321,28
Recebimentos de contribuintes		36 324 213,67	33 613 440,21
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		46 945 743,36	41 476 234,78
Recebimentos de utentes			
Pagamentos a fornecedores		-40 542 765,44	-31 902 025,24
Pagamentos ao pessoal		-23 547 946,14	-21 632 308,72
Pagamentos a contribuintes / Utes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-17 536 608,08	-12 748 529,00
Pagamentos de prestações sociais			-3 877 582,54
Caixa gerada pelas operações		16 531 032,34	18 390 550,77
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		7 784 777,87	6 291 565,91
Outros pagamentos		-29 244 118,12	-31 228 393,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-4 928 307,91	-6 546 276,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 604 483,27	-1 295 862,18
Ativos intangíveis		-271 486,73	-530 717,70
Propriedades de investimento		-22 138,94	
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 567 460,00	23 373,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		3 111 163,81	2 038 525,47
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		3 629 904,70	7 285 771,23
Transferências de capital		3 886 103,74	2 157 374,25
Juros e rendimentos similares		14 531,25	250,00
Dividendos		55 099,36	67 688,28
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		10 366 153,92	9 746 402,35
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 500 000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-7 348 561,18	-5 408 932,61
Juros e gastos similares		-700 723,25	-1 149 261,37
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-5 549 284,43	-6 558 193,98
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-111 438,42	-3 358 068,60
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 378 093,21	10 736 311,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 266 593,90	7 378 093,21
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 378 093,21	10 736 311,81
- Equivalentes a caixa no início do período		-3 295 661,72	-3 607 460,53
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		3 295 661,72	3 607 460,53
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		7 378 093,21	10 736 311,81
De execução orçamental		610 179,61	4 043 525,64

Pag. 1 de 2

Município de Gondomar			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
De operações de tesouraria		6 767 913,60	6 692 636,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 266 593,90	7 378 093,21
- Equivalentes a caixa no fim do período		-3 934 629,98	-3 295 661,72
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		3 434 629,98	3 295 661,72
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		6 766 593,90	7 378 093,21
De execução orçamental		216 396,73	610 179,61
De operações de tesouraria		7 050 197,17	6 767 913,60

9.6. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

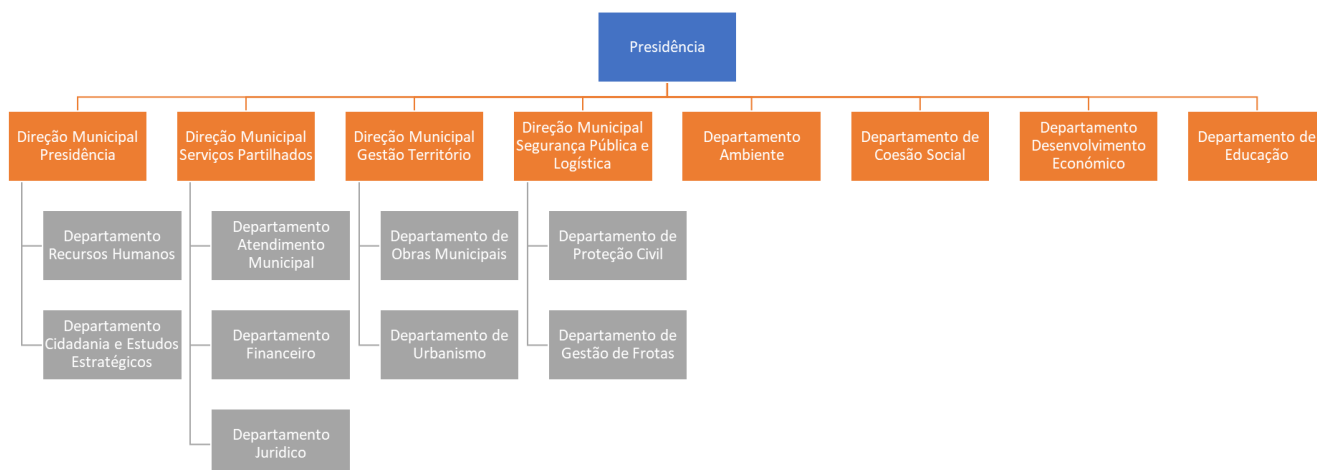
Procurando dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, designadamente no que se refere à Norma de Contabilidade Pública 1, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão da conta apresentada para o período de relato.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Os elementos da caracterização da entidade de acordo com o SNC-AP, e complementados conforme as instruções do Tribunal de Contas, são as constantes do seguinte mapa, durante o exercício económico de 2024:

	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1	Identificação da entidade: MUNICÍPIO DE GONDOMAR		
1.2	ENDEREÇO POSTAL: Praça Manuel Guedes, 4420-193 GONDOMAR TELEFONE- TELEFAX: 22 466 05 00 / 22 466 05 66 Número de identificação Fiscal: 506 848 957 Site: www.cm-gondomar.pt Email: geral@cm-gondomar.pt / contabilidade@cm-gondomar.pt		
1.3	NÚMEROS DE ELEITORES		
	MUNICÍPIO	Até 10.000 eleitores	
		Mais de 10.000 e menos de 40.000 eleitores	
		Igual ou superior a 40.000 eleitores	X
2	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	Lei 73/2013 de 3 de setembro	
	Regime Jurídico	Lei 75/2013 de 12 de setembro	
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		
3.1	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
	A Câmara tem Serviços Municipalizados?		Não
	Se respondeu sim, especifique quais e indique os respetivos grupos:		
3.2	ÓRGÃOS		
	Tem órgãos de natureza consultiva?		Não
	Tem órgãos de fiscalização? (Revisor Oficial de Contas)		Sim
3.3	ORGANOGRAMA		



4	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES Constituem atribuições do Município aqueles que estão definidos na Lei que regula a sua atividade, nomeadamente: a) Equipamento rural e urbano; b) Energia; c) Transportes e comunicações; d) Educação; e) Património, cultura e ciência; f) Tempos livres e desporto; g) Saúde; h) Ação social; i) Habitação; j) Proteção civil; k) Ambiente e saneamento básico; l) Defesa do consumidor; m) Promoção do desenvolvimento; n) Ordenamento do território e urbanismo; o) Polícia municipal; p) Cooperação externa.	
5	RECURSOS HUMANOS	
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO	
	Mandato 2021-2025	
	Presidente	Marco André dos Santos Martins Lopes
	Vice-Presidente	Luís Filipe Castro de Araújo
	Vereadores	Maria Aurora Moura Vieira
		Sandra Eunice Ramos de Almeida
		José Fernando da Silva Moreira
		Cláudia Manuela Ramos Vieira
		Ana Luísa Machado Gomes
		Jorge Manuel de Castro Ferreira de Ascensão
		Paulo Diogo Monteiro Tavares
		Valentina Sanchez Silva
		Cristina Alexandra Ribeiro Coelho
	Vice-Presidente	1
	Em regime de permanência	6
	A meio tempo	0
	Restantes vereadores	4

6	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
	Normativo Contabilístico	SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística das Administrações Públicas	
	1- Descrição das características do Sistema informático	Aplicações pertencentes ao ERP - AIRC Associação de Informática da Região Centro	
		SNC - Contabilidade	
		SNT – Tesouraria	
		SNP – Património	
		SGF – Faturação	
		TAX – Aplicação de Taxas	
	2- Demonstrações Financeiras intercalares documentadas		Não
	3- Descentralização contabilística		Não
7	OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE		
7.1	Fundos Municipais atribuídos		
		Corrente	Capital
			Total
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	12 857 799,00 €	1 428 644,00 €
	Fundo Social Municipal	3 716 240,00 €	3 716 240,00 €
	Participação no IRS	8 818 606,00 €	8 818 606,00 €
	Transf. Competências – Lei 50/2018	18 602 612,00 €	18 602 612,00 €
	Artigo 35º RFALEI	2 457 459,50 €	2 457 459,50 €
	Participação no IVA	1 017 129,00 €	1 017 129,00 €
	TOTAL	47 469 845,50 €	3 886 103,50 €
7.3	Ações de Fiscalização		
	Identificação da última inspeção, averiguação ou inquérito, realizado ao município:		
	Data de ação – Desde junho de 2018 - Período abrangido 01/01/2017 a 31/12/2017 – Entidade: IGF – Inspeção Geral de Finanças – Controlo do Endividamento.		

Quadro 55: Caracterização da entidade

Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte:

- Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor;
- Sistema de Normalização Contabilística;
- Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

Foram ainda aplicados os requisitos das NCP e de relato financeiro relevantes para a entidade.

As notas relativamente às quais se considere não haver informação para que se justifique a sua divulgação, ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão aplicáveis no presente anexo.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam as presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, e que tenham produzido efeitos materialmente relevantes.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras referentes ao ano de 2024 foram elaboradas em conformidade com o SNC-AP.

Considerando que o município aplica o SNC-AP desde 1 de janeiro de 2020, nas demonstrações financeiras de 2024 a comparabilidade está assegurada.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Valores em euros

Conta	Euros	
Caixa		29 232,47 €
Depósitos à ordem		3 302 731,45 €
Depósitos à ordem no Tesouro		
Depósitos bancários à ordem	3 302 731,45 €	
Depósitos a prazo	500 000,00 €	500 000,00 €
Depósitos de garantias e cauções	3 434 629,98 €	3 434 629,98 €
Total de caixa e depósitos		7 266 593,90 €

Quadro 56: Discriminação dos saldos bancários

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2 foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2024.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC-AP.

Ativos fixos tangíveis

A partir da data de transição, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para o SNC-AP, o Município de Gondomar considerou como custo dos ativos fixos tangíveis o seu custo de aquisição.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Entidade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em melhorias ou melhorias significativas. Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, as Propriedades de Investimento foram objeto de reclassificação de acordo com as normas de contabilidade pública atuais.

O órgão executivo considera que o justo valor das propriedades de investimento corresponde ao seu valor líquido contabilístico.

Ativos intangíveis

O Município de Gondomar reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para o Município e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

Participações Financeiras

Os investimentos financeiros relevados no balanço encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas por imparidades.

O Município detém ainda participações em entidades não societárias, cuja participação não se encontra revelada no balanço, dado não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos no SNC-AP.

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Instrumentos Financeiros

1. Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e outras contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber, por regra, seis meses após a data de vencimento.

2. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, dado o valor nominal não diferir significativamente do custo amortizado, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3. Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

4. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

5. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos» correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Acordos de concessão de serviços: Concedente

De acordo com a “NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente” os acordos de concessão de serviços devem ser reconhecidos quando o Município de Gondomar controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Até à presente data o Município obteve as informações referentes aos ativos reversíveis da concessão com a empresa Águas de Gondomar.

Continuamos, no entanto, a não obter as necessárias e suficientes informações junto da E-REDES, para concluir a análise dos direitos, obrigações e eventuais responsabilidades emergentes dos contratos de concessão de serviços no âmbito da Norma Contabilística Pública 4 – Acordos de Concessão.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Os terrenos não são depreciables.

Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios das entidades públicas não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Próprios e subsequentemente, quando respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos Fundos Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

1. A Entidade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
2. É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
3. É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras.

A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e Passivos Contingentes

O Município de Gondomar reconhece os Ativos e Passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os Ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos. Os ativos e passivos contingentes são avaliados, no final de cada período de relato continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo de que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da entidade quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros Ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rendimentos

As matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, são abordadas tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nesta circunstância ao regime do acréscimo.

Transferências e subsídios obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se cumprirão as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica Imputação de subsídios e transferências para investimentos) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Acontecimentos após a data de Balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 17.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os Ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade.

O montante de perda, a inscrever em resultados, para Ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Vida útil estimada e valor residual dos ativos fixos tangíveis

A vida útil estimada e valor residual do equipamento operacional foram determinados pelo Município de Gondomar de acordo com o Classificador Complementar 2 que consta da Portaria n.º 189/2016 ou CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado que constava da Portaria n.º 671/2000 que, com base na nossa experiência, consideramos uma boa estimativa da vida útil destes Ativos.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pelo Município de Gondomar quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo:

- Alterações da conjuntura económica,
- Deterioração da situação creditícia dos principais utentes e contribuintes e de incumprimentos significativos, face à situação pandémica.

Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras do Município foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, organizados elaborados de acordo com as NCP em vigor à data da elaboração das mesmas.

Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

O SNC-AP requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

Erros materiais de períodos anteriores

Durante o exercício o Município procedeu há regularização de saldos de diversas rubricas relativos a:

- 1) Inclusão no inventário Municipal de bens já pertencentes ao Município à data da realização do inventário inicial;
- 2) Reconhecimento dos ativos (bens) do contrato de concessão celebrado entre o Município de Gondomar e a "Aguas de Gondomar, SA", nos termos preconizados na NCP 4;
- 3) Reclassificação de ativos (bens) concluídos em anos anteriores reconhecidos em investimentos em curso;

- 4) Reclassificação de subsídios para aquisição de ativos fixos depreciables conexos com investimentos concluídos em anos anteriores.

O efeito destas regularizações nas rubricas de balanço foram os seguintes:

Nº	Descrição	Rubrica de balanço		Débito	Crédito
1)	Inclusão no inventário Municipal de bens já pertencentes ao Município à data da realização do inventário inicial	Ativo	Ativos fixos tangíveis	478 406,20 €	
		Património Líquido	Património/Capital		478 406,20 €
2)	Reconhecimento dos ativos (valor bruto) do contrato de concessão celebrado entre o Município de Gondomar e a "Aguas de Gondomar, SA"	Ativo	Ativos fixos tangíveis	108 535 925,88 €	
		Passivo	Diferimentos		108 535 925,88 €
	Reconhecimento das depreciações acumuladas dos ativos do contrato de concessão celebrado entre o Município de Gondomar e a "Aguas de Gondomar, SA"	Património Líquido	Resultados transitados	63 006 722,75 €	
		Ativo	Ativos fixos tangíveis		63 006 722,75 €
	Imputação dos rendimentos de exercicios passados decorrentes do contrato de concessão celebrado entre o Município de Gondomar e a "Aguas de Gondomar, SA"	Passivo	Diferimentos	64 999 744,29 €	
		Património Líquido	Resultados transitados		64 999 744,29 €
3)	Reclassificação de ativos concluídos em anos anteriores reconhecidos em investimentos em curso	Ativo	Ativo fixos tangíveis	13 266 063,58 €	13 266 063,58 €
	Reconhecimento das depreciações acumuladas dos ativos concluídos em anos anteriores classificados em investimentos em curso	Património Líquido	Resultados transitados	3 294 115,40 €	
		Ativo	Ativo fixo tangíveis		3 294 115,40 €
4)	Reclassificação de subsidios para aquisição de ativos fixos depreciables conexos com investimentos concluídos em anos anteriores	Passivo	Diferimentos	10 240 901,74 €	
		Património Líquido	Outras variações no património líquido		10 240 901,74 €
	Imputação dos rendimentos de exercicios passados decorrentes de subsidios ao investimentos	Património Líquido	Outras variações no património líquido	3 084 315,97 €	
		Património Líquido	Resultados transitados		3 084 315,97 €

Quadro 57: Movimentos de correção de ajustamentos

No global, os ajustamentos efetuados resultaram num aumento do ativo no valor de 42.713.493,93 euros, num aumento do património líquido no montante de 9.418.214,08 euros e num aumento do passivo no valor de 33.295.279,85 euros.

As demonstrações financeiras do ano de 2023 não foram reexpressas para refletir estas regularizações.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo, sendo depreciados pelo método da linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Município de Gondomar									
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO									
Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Trasn. Internas	Revalorizações	Rev. Perdas Impar.	Perdas Imparidade	Amort. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	662 451,52	490 062,18	-	-	-	-	418 814,94	-	733 698,76
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	66 876,71	-	-	-	-	-	-	-	66 876,71
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	729 328,23	490 062,18	-	-	-	-	418 814,94	-	800 575,47

Município de Gondomar									
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Adições									
Rubricas	Adições								
	Internas	Compras	Cessão	Transf. Ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação	Fusão, cisão,...	Outras
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas de computador e sistemas de informação	-	490 062,18	-	-	-	-	-	-	490 062,18
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	490 062,18	-	-	-	-	-	-	490 062,18

Município de Gondomar						Anual (Período 14)
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - Dminuições						
Rubricas	Diminuições				Total	
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão ou reestruturação	Outras		
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	
Goodwill	-	-	-	-	-	
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-	
Programas de computador e sistemas de informação	-	-	-	-	-	
Propriedade industrial e intelectual	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	-	-	
TOTAL	-	-	-	-	-	

Quadro 58: Ativos Fixos Intangíveis

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Resumo dos acordos de concessão de serviço:

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Valores em euros		
					Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano Corrente	Anos Futuros
Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	Distribuição do serviço público de Energia Elétrica	2021				
Contrato de concessão do serviço público de abastecimento de água	Águas de Gondomar, SA	Serviço público de abastecimento de água	Até Setembro 2031				
Contrato de concessão do serviço público de abastecimento de Gestão de estacionamento	ESSE - Estacionamento de Gondomar, SA	Lugares de Estacionamento Público Tarifados à Superfície e em Parques de Estacionamento Subterrâneo	Até Julho 2041				

Quadro 59: Acordos de concessão

Energia elétrica de baixa tensão – Concessionária E-Redes:

A concessão de energia elétrica em baixa tensão, cuja concessionária é a E-Redes, enquadra-se na NCP 4, e, por consequência, os ativos são considerados de concessão de serviços.

Estabelece o n.º 3 do artigo 285.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2019/944 e a Diretiva (UE) 2018/2001, que até à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, o concessionário da rede de distribuição de eletricidade em BT remete, anualmente, ao concedente o cadastro atualizado, em formato digital aberto, discriminando:

Ativos específicos de uma concessão, onde se incluem todos os ativos identificados como estando afetos a uma concessão específica;

Ativos partilhados por conjuntos de concessões, mediante a identificação dos ativos que estão a ser alvo de uma utilização partilhada e das respetivas concessões que estão a beneficiar dessa utilização;

Ativos partilhados por todas as concessões, onde se incluem os ativos que têm uma utilização em todo o território continental.

Dispõe ainda o artigo 285.º do mesmo diploma que, em relação às concessões das redes de distribuição em baixa tensão:

"1 - São prorrogados, sem necessidade de ulteriores termos, os contratos de concessão das redes de distribuição de eletricidade em BT, incluindo aqueles para os quais já haja transcorrido o seu prazo.

2 - A prorrogação operada pelo número anterior tem a duração necessária à efetiva entrada em operação do adjudicatário na operação da concessão, na sequência de concurso público para a sua atribuição.

..."

Não obstante, até à data da preparação e apresentação do presente relatório e contas não foi disponibilizado pela Concessionária a aludida informação, que, de forma completa e oportuna, permita a sua verificabilidade, direta ou indireta, optando-se por divulgar somente a informação constante dos quadros que se encontram em anexo.

Acresce salientar que o Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), nos termos da alínea a) do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, na reunião de 18 de fevereiro de 2025, reconheceu, no mesmo sentido:, na

Orientação Técnica n.º 1 – Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. (ex-EDP Distribuição, S.A.) que:

“As significativas dificuldades reportadas, por parte dos municípios, na obtenção de informação detalhada e atualizada de cada um dos ativos afetos àquelas concessões e respetivas vidas úteis, que permita o adequado reconhecimento / desreconhecimento e a mensuração daqueles ativos e respetivos subsídios ou entregas de terceiros, designadamente, a identificação detalhada dos ativos, individualmente ou em grupo quando tenham a mesma natureza e vida útil e, quando aplicável, a vida útil remanescente, separando os ativos adquiridos, construídos ou melhorados pelos concessionários daqueles adquiridos pelos concedentes e já reconhecidos por estes, bem como a sua monitorização no âmbito das normas aplicáveis;

Que a NCP 4 prevê a existência de situações em que o concedente adquire os ativos e os coloca à disposição do concessionário, circunstância que se verifica no caso em apreço, a par de uma renda que remunera os municípios pelo contrato de concessão;

Que as vidas úteis apresentadas pelo concessionário são as que decorrem das

estipuladas na lei por categoria e não as previstas no Classificador Complementar 2;

Que, ao longo do contrato, os municípios utilizaram diferentes referenciais contabilísticos, criando dificuldades na identificação e confirmação dos ativos

adquiridos por estes e colocados à disposição do concessionário, não os identificando claramente no cadastro apresentado;

Que a quantia da obrigação associada a um eventual passivo financeiro poderá não ser possível de ser mensurada com suficiente fiabilidade, com a indemnização a ser determinada após o fim do prazo de concessão por uma comissão a ser constituída.

Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento.

Não obstante, deverão ser divulgados no anexo a natureza e termos dos acordos de concessão em causa, os riscos associados (ex.: garantias, cláusulas de rescisão), os ativos e passivos contingentes ao abrigo da NCP 15 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.”

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.



ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial		Adições		Transf. Internas		Revalorizações		Rev. Perdas Impair.		Perdas Imparidade		Depreciações Período		Diminuições		Quantia Escriturada Final	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural																		
Terrenos e recursos naturais	6 914 993,64 €		309 312,06 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7 224 305,70 €	- €
Edifícios e outras construções	5 508 142,02 €		1 419 981,59 €	2 060 060,41 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	489 447,15 €	-	2 380 863,65 €	-	6 107 873,22 €	
Infraestruturas	28 995 167,21 €		- €	22 200 905,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 934 856,39 €	-	2 206 805,95 €	-	45 054 610,86 €	
Património histórico, artístico e cultural	352 717,74 €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	352 717,74 €	
Outros	4 158 694,81 €			245 116,43 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	280 041,54 €	-	- €	-	4 123 769,70 €	
Bens de domínio público em curso	51 132 330,15 €		6 542 995,29 €	24 486 500,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	33 188 824,76 €	
	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Ativos fixos em concessão																		
Terrenos e recursos naturais	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Edifícios e outras construções	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Infraestruturas	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Património histórico, artístico e cultural	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Ativos fixos em concessão em curso	2 000 035,17 €		110 401 784,90 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	5 420 397,80 €	-	63 920 392,59 €	-	43 061 029,68 €	
	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Outros ativos fixos tangíveis																		
Terrenos e recursos naturais	56 428 980,83 €		2 033 784,28 €	4 437,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 108 654,91 €	-	57 358 547,20 €	
Edifícios e outras construções	205 464 832,92 €		92 914 254,19 €	12 134 690,10 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	7 214 076,08 €	-	93 872 088,89 €	-	209 427 610,24 €	
Equipamento básico	1 961 491,43 €		616 293,96 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	530 580,43 €	-	- €	-	2 047 204,96 €	
Equipamento de transporte	898 362,82 €		2 808 997,53 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	317 234,16 €	-	1 613 728,90 €	-	1 776 397,29 €	
Equipamento administrativo	969 349,72 €		120 500,64 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	297 885,04 €	-	- €	-	791 966,32 €	
Equipamentos biológicos	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Outros	419 505,61 €		89 034,87 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	118 387,30 €	-	- €	-	390 153,18 €	
Ativos fixos tangíveis em curso	17 466 448,74 €		10 214 061,68 €	12 158 709,25 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	15 521 801,17 €	
	- €		- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	
Total	382 671 052,81 €		227 471 000,99 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	18 612 707,89 €	-	165 102 534,89 €	-	426 426 811,02 €	

Quadro 60: Ativos Fixos Tangíveis

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - ADIÇÕES

Rubricas	ADIÇÕES								TOTAL
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou Troca	Expropriação	Doação	Fusão Cisão, ...	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	-	18 024,00	-	-	-	170 117,44	-	121 170,62	309 312,06
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	2 518 656,85	2 518 656,85
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	107 027 322,56	107 027 322,56
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	6 542 995,29	-	-	-	-	-	-	6 542 995,29
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	639 076,81	-	49 388,50	638 792,39	-	-	706 526,58	2 033 784,28
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-	-	74 695,33	74 695,33
Equipamento básico	-	525 530,07	-	-	-	-	-	92 581,37	618 111,44
Equipamento de transporte	-	1 195 857,03	-	-	-	-	-	-	1 195 857,03
Equipamento administrativo	-	121 288,39	-	-	-	-	-	766,35	122 054,74
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	85 875,85	-	-	-	-	-	3 405,60	89 281,45
Ativos fixos tangíveis em curso	-	10 214 061,68	-	-	-	-	-	-	10 214 061,68
Total	-	19 342 709,12	-	49 388,50	638 792,39	170 117,44	-	110 545 125,26	130 746 132,71

Quadro 61: Adições dos Ativos Fixos Tangíveis

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - VARIAÇÕES DAS DEPRECIACÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

Rubricas	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por imp. Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumulada	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	6 914 993,64	-	-	6 914 993,64	7 224 305,70	-	-	7 224 305,70
Edifícios e outras construções	6 658 733,73	1 531 420,19	-	5 127 313,54	11 237 450,99	4 406 634,55	-	6 830 816,44
Infraestruturas	233 133 754,53	204 138 587,32	-	28 995 167,21	362 342 658,08	277 330 824,41	-	85 011 833,67
Património histórico, artístico e cultural	353 165,07	447,33	-	352 717,74	353 165,07	447,33	-	352 717,74
Outros	7 961 829,22	3 803 134,41	-	4 158 694,81	8 206 945,65	4 083 175,95	-	4 123 769,70
Bens de domínio público em curso	51 132 330,15	-	-	33 188 824,76	51 132 330,15	-	-	33 188 824,76
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2 380 863,65	-	-	2 380 863,65	2 380 863,65	-	-	2 380 863,65
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	56 428 980,83	-	-	56 428 980,83	57 358 547,20	-	-	57 358 547,20
Edifícios e outras construções	300 493 000,22	95 028 167,30	-	205 464 832,92	310 513 777,21	101 086 166,97	-	209 427 610,24
Equipamento básico	8 806 925,04	6 845 433,61	-	1 961 491,43	9 195 874,04	7 148 669,08	-	2 047 204,96
Equipamento de transporte	3 614 156,36	2 715 793,54	-	898 362,82	4 763 392,46	2 986 995,17	-	1 776 397,29
Equipamento administrativo	5 890 852,31	4 921 502,59	-	969 349,72	5 816 317,12	5 024 351,80	-	791 965,32
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3 887 106,38	3 467 600,77	-	419 505,61	3 964 187,19	3 574 034,01	-	390 153,18
Ativos fixos tangíveis em curso	17 466 448,74	-	-	15 521 801,17	17 466 448,74	-	-	15 521 801,17
Total	705 123 139,87	322 452 087,06	-	362 782 899,85				426 426 811,02

Quadro 62: Ativos Fixos Tangíveis - Variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - DIMINUIÇÕES

Rubricas	ADIÇÕES					TOTAL
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						- €
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	2 380 863,65	2 380 863,65
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	2 206 805,95	2 206 805,95
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Bens de domínio público em curso	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão	-	-	-	-	-	-
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	63 920 392,59	63 920 392,59
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Infraestruturas	-	-	-	-	-	-
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos em concessão em curso	-	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	1 108 654,91	1 108 654,91
Terrenos e recursos naturais	- 134 539,21	- 272 139,12	-	-	91 276 802,12	91 683 480,45
Edifícios e outras construções	-	2 188 608,44	-	-	-	2 188 608,44
Equipamento básico	-	-	-	-	1 613 728,90	1 613 728,90
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total -	134 539,21	2 460 747,56	-	-	162 507 248,12	165 102 534,89

Quadro 63: Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

No exercício de 2024 foram efetuadas diversas regularizações de acontecimentos passados cujo efeito líquido no ativo fixo tangível foi positivo em 42.713.493,93 €, conforme se discrimina na Nota 2, sob a epígrafe “Erros materiais de exercícios anteriores”

Nota: Face a limitações do programa informático do património não nos é possível identificar com o devido rigor a desagregação das adições e diminuições do período.

Nota 6 – Locações

6.1 Locações Financeira

À data de 31 de dezembro de 2024, o Município de Gondomar não tinha qualquer contrato de locação financeira.

6.2 Locações Operacionais

À data de 31 de dezembro de 2024, o Município de Gondomar tem contratualizados os seguintes contratos de locação operacional.

LOCAÇÕES OPERACIONAIS

2023

Bens Locados	Nº Comp	Valor do Contrato c/ IVA	Pagamentos efetuados				Futuros pagamentos mínimos			
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
			Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes				
Veículos Automóveis	53385	134 154,24 €	9 177,72 €		153 589,07 €		- €	- €	- €	- €
Veículos Automóveis	58004	46 000,04 €	4 356,35 €		45 417,36 €		583,68 €			583,68 €
Veículos Automóveis	58424	66 242,88 €	4 443,24 €		59 204,25 €		8 246,88 €			8 246,88 €
Veículos Automóveis	64409	260 210,24 €	65 742,69 €		191 600,20 €		32 526,00 €	- €	- €	32 526,00 €
Veículos Automóveis	69521	729 016,15 €	185 762,03 €		345 767,52 €		248 354,12 €	121 502,45 €	- €	369 856,57 €
Veículos Automóveis	73391	755 512,74 €	241 658,10 €		257 768,64 €		394 180,56 €	197 090,28 €	32 848,38 €	624 119,22 €
Veículos Automóveis	77793	71 733,60 €	10 951,50 €		10 951,50 €		15 694,16 €	15 694,16 €	21 527,79 €	52 916,11 €
TOTAL			522 091,63 €		1 064 298,54 €		699 585,40 €	334 286,89 €	54 376,17 €	1 088 248,46 €

Quadro 64: Mapa das locações operacionais

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Os financiamentos obtidos estão mensurados pelo seu valor nominal, não sendo materialmente relevante a sua contabilização ao custo amortizado.

Os custos de juros e outros gastos incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Junta-se o mapa dos empréstimos.



CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR
MAPA DOS EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO

Nº	FINALIDADES	Encargos 1º Trimestre 2024		Divida a 31 de Março de 2024		Encargos 2º Trimestre 2024		Divida a 30 de Junho de 2024		Encargos 3º Trimestre 2024		Divida a 30 de Setembro de 2024		Encargos 3º Trimestre 2024		Divida a 31 de Dezembro de 2024
		Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	
18	Aquisição de 88 fogos no lugar de Forreia destinados a arrendamento - PER. (I) (TERMINOU)	-	-	-	-	155 047,05	2 238,88	156 162,49	1 060,11	156 162,49	-	-	-	-	-	-
19	Construção de 404 fogos no Bairro Mineiro destinados a arrendamento - PER. (I)	311 209,54	-	311 209,54	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-
20	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER. (I) (TERMINOU)	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-
21	Construção de fogos em várias freguesias destinados a arrendamento - PER. (I) (TERMINOU)	0,01	-	0,01	-	-	-	0,01	-	0,01	-	-	-	-	-	-
22	Aquisição de 25 fogos no lugar da Trina destinados a arrendamento - PER. (I) (TERMINOU)	0,00	-	0,00	-	-	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-
24	Emprestimo destinado a obras de reparação dos danos causados pelas intempéries (I) (TERMINOU)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25	Financiamento a construção do Pavilhão Multiusos de Gondomar - (FEDER) - (I)	828 947,55	-	710 526,50	-	118 421,05	-	592 105,45	-	118 421,05	-	473 684,40	-	118 421,05	-	352 263,35
38	Financiamento a construção de Edifícios escolares	800 312,52	-	785 125,20	-	14 348,28	11 078,89	770 777,42	10 664,64	14 637,27	14 637,27	756 140,15	-	15 040,79	9 867,54	741 092,36
103	Financiamento a construção de Centros Escolares	1 705 607,28	-	1 690 209,85	-	15 659,17	15 261,12	1 674 550,68	14 588,88	16 053,71	14 588,88	1 658 496,97	-	16 575,03	13 597,28	1 641 921,94
Sub-Total (empréstimos excepcionados)		3 646 076,88	15 589,36	3 497 071,58	28 578,89	303 475,55	28 578,89	3 193 586,03	26 344,63	305 274,32	26 344,63	2 888 321,51	-	305 274,32	-	2 738 284,65
15	Liquidação dívida EDP	11 107 459,20	138 740,04	10 937 338,24	135 449,21	180 120,96	135 449,21	10 747 217,28	115 793,16	180 120,96	115 793,16	10 567 096,32	-	180 120,96	115 817,77	10 386 975,36
16	Cessão de Créditos Habitação	1 811 859,96	47 262,29	1 596 620,25	46 190,12	217 309,88	46 190,12	1 379 310,37	42 963,42	219 536,58	42 963,42	1 159 773,79	-	223 929,72	8 070,28	935 844,07
17	Cessão de Créditos Habitação	1 811 857,39	74 968,72	1 669 071,71	91 500,00	289 754,66	91 500,00	1 379 317,05	-	171 000,00	-	1 208 317,05	-	272 466,29	79 547,05	935 850,76
27	Financiamento destinado a aquisição 340 fogos de Habitação Social (complementar)	1 724 946,40	-	1 686 285,57	-	39 140,56	-	1 647 145,01	-	39 726,50	-	1 607 418,51	-	40 573,84	-	1 566 844,67
28	Financiamento destinado a aquisição 156 fogos de Habitação Social - Mo. S. Pedro da Cova	1 558 124,44	-	1 520 096,56	-	38 215,04	-	1 481 881,52	-	38 441,64	-	1 443 439,88	-	38 765,94	-	1 404 673,94
29	Financiamento destinado a aquisição 100 fogos de Habitação Social - Bairro do Monte	1 011 520,66	-	986 833,29	-	24 808,87	-	962 024,42	-	24 955,97	-	937 069,45	-	25 166,50	-	911 901,95
30	Financiamento destinado a aquisição 93 fogos de Habitação Social - Zorra, S. Come	861 111,35	-	840 094,90	-	21 119,89	-	818 975,01	-	21 245,12	-	797 729,89	-	21 424,34	-	776 305,55
31	Construção de Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens de Gondomar	433 277,12	6 295,52	425 472,06	6 129,99	7 938,96	6 129,99	417 533,10	5 900,79	8 098,85	5 900,79	409 434,25	-	8 322,12	5 515,08	401 112,13
32	Financiamento a construção de Edifícios escolares	1 572 635,55	-	1 545 076,55	-	29 131,37	46 675,41	1 515 945,18	-	29 718,08	-	1 486 227,10	-	30 537,37	-	1 455 689,73
33	Financiamento complementar para aquisição de 109 fogos em 3ª Esfalia	771 523,36	-	758 909,65	-	12 758,11	-	746 151,54	-	12 985,29	-	733 166,25	-	10 314,96	-	722 851,29
34	Financiamento complementar para aquisição de 88 fogos na Trina	600 636,46	-	598 816,60	-	9 932,28	-	589 884,32	-	10 085,78	-	579 798,54	-	13 288,21	-	557 510,33
35	Financiamento para aquisição de 109 fogos em 3ª Esfalia	1 401 657,59	-	1 401 657,59	-	61 059,65	19 985,32	1 340 597,94	-	-	-	1 340 597,94	-	62 192,39	17 799,60	1 278 405,55
36	MRU - Empréstimo 88 fogos - Trina	1 091 186,18	-	1 091 186,18	-	47 534,73	15 558,51	1 043 651,45	-	-	-	1 043 651,45	-	48 834,33	13 439,19	994 817,12
102	Financiamento a construção de Centros Escolares	1 580 687,11	29 845,50	1 550 841,61	-	33 208,82	-	1 517 632,79	-	32 593,89	-	1 485 038,90	-	33 652,32	-	1 451 386,58
53	Financiamento para aquisição de 43 fogos em Vila Verde	573 960,90	-	573 960,90	-	14 411,90	-	559 549,00	-	-	-	559 549,00	-	14 730,77	-	544 818,23
59	Financiamento destinado a reabilitação de fogos de Habitação Social - Gieta	229 540,29	-	229 540,29	-	8 587,62	3 074,76	220 952,67	2 904,12	8 726,53	2 904,12	212 226,14	-	-	-	212 226,14
101	Liquidação dívida EDP	11 167 498,72	180 120,96	10 987 377,76	-	180 120,96	-	10 807 256,80	-	180 120,96	-	10 627 135,84	-	180 120,96	-	10 447 014,88
Sub-Total (empréstimos não excepcionados)		39 309 482,68	267 273,57	38 381 179,71	364 563,32	1 215 154,26	364 563,32	37 166 025,45	167 560,49	977 556,15	167 560,49	36 188 669,30	-	977 556,15	-	34 964 228,28
TOTAL		42 955 559,56	282 865,93	41 878 251,29	393 142,21	1 518 629,81	393 142,21	40 359 621,48	339 905,12	1 282 830,67	339 905,12	39 076 990,81	-	1 282 830,67	-	37 722 515,29

Quadro 65: Mapa dos Empréstimos

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final

Modelo do Custo

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2024

Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	264 080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264 080,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	264 080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264 080,00	0,00

Modelo do Custo

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2024

Propriedades de Investimento - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Modelo do Custo

Município de Gondomar

Anual (período 14) 2024

Propriedades de Investimento - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 66: Propriedades de investimento

Nota 9 - Imparidade de ativos

Município de Gondomar				
Imparidade de Ativos				
Anual (Período 14)				
Classes	Quantia Bruta	Perdas por imparidade acumulada	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	5 086 208,50	3 351 060,74	-	1 735 147,76
Investimentos financeiros	9 229 867,01	371,15	-	9 229 495,86
TOTAL	14 316 075,51	3 351 431,89	-	10 964 643,62

Quadro 67: Imparidade de ativos

No período foram constituídas perdas por imparidade para dividas a receber de clientes, contribuintes e utente no valor de 450.245,16 €.

Nota 10 - Inventários

Não existem inventários registados no Município de Gondomar.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe:

Rendimento de transações com contraprestação até 31/12/2024

Tipo de rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
		Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704	Taxas, multas e outras penalidades					
7041	Taxas	186,40	0,00	0,00	0,00	0,00
7043	Taxas específicas das autarquias locais	4 635 802,96	0,00	0,00	0,00	0,00
7044	Multas e outras penalidades	422 511,09	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Vendas					
711	Mercadorias	454,17	0,00	0,00	0,00	0,00
713	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	63 630,07	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Prestação de serviços					
7203	Serviços específicos das autarquias locais	13 874 452,69	0,00	0,00	0,00	0,00
7205	Concessões	8 422 425,14	0,00	0,00	0,00	0,00
7208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 451,30	0,00	0,00	0,00	0,00
7211	Aluguer de equipamentos	157 856,52	0,00	0,00	0,00	0,00
7212	Arrendamento	784 925,95	0,00	0,00	0,00	0,00
7299	Outros serviços	71 038,86	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos					
786	Rendimentos nos restantes ativos financeiros	5 780,00	0,00	0,00	0,00	0,00
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	773 105,12	0,00	0,00	0,00	0,00
7880	Outros rendimentos do Estado	3 994,80	0,00	0,00	0,00	0,00
7881	Correções relativas a períodos anteriores	1 130 795,35	0,00	0,00	0,00	0,00
7889	Outros não especificados	297 328,36	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	69 630,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		30 715 369,39	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 68: Rendimentos de transações com contraprestação

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Rendimentos de transações sem contraprestação até 31/12/2024

Tipo de Rendimento		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
		Resultados	Património Líquido	Íncio do Período	Final do Período
701	Impostos Diretos	3 260 071,00 €	- €	- €	- €
70103	Derrama	17 470 718,00 €	- €	- €	- €
70105	Imposto municipal sobre imóveis	4 413 717,45 €	- €	- €	- €
70106	Imposto único de circulação	292,29 €	- €	- €	- €
70199	Outros	- €	- €	- €	- €
702	Impostos Indiretos	- €	- €	- €	- €
70208	Impostos indiretos específicos das autarquias locais	829 392,61 €	- €	- €	- €
70210	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	12 957 586,61 €	- €	- €	- €
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	- €	- €	- €	- €
75111	Estado	45 520 618,75 €	- €	- €	- €
7514	Resto do Mundo	540 494,28 €	- €	- €	- €
752	Subsídios correntes	1 083 514,28 €	- €	- €	- €
78	Outros rendimentos	- €	- €	- €	- €
7883	Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 307 686,97 €	- €	- €	- €
5939111	FEF Capital	- €	1 428 643,98 €	- €	- €
5939112	Artigo 35º	- €	2 457 459,74 €	- €	- €
TOTAL		90 384 092,24	3 886 103,72	-	-

Quadro 69: Rendimentos de transações sem contraprestação

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Gondomar, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi reforçada a provisão em 500.516,51 € referente a vários processos pendentes de decisão judicial dos quais destacámos o processo N.º 1815/15.0BEPRTem nome de CIP - Construções, SA.

Valores em euros

	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos da Quantia Escriturada	Outros Aumentos	Total dos Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total das Diminuições	
Processos Judiciais em curso	2 727 252,42 €	452 498,86 €	- €	- €	452 498,86 €	- €	- €		- €	3 179 751,28 €
Outras provisões	- €	48 017,65 €			48 017,65 €					48 017,65 €
TOTAL	2 727 252,42 €	500 516,51 €	- €	- €	500 516,51 €	- €	- €	- €	- €	3 227 768,93 €

Quadro 70: Mapa das provisões

Em documento anexo, segue a listagem dos processos judiciais em curso.

15.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes identificam-se como segue:

Passivos Contingentes	
Natureza Passivos Contingentes	Quantias Associadas
Processos judiciais em curso	16 671 628,12
Garantias bancárias prestadas pelo Município	82 962,56
Total	16 754 590,68

Quadro 71: Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) envolvendo o Município de Gondomar, cujo risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

As garantias bancárias não financeiras prestadas pelo Município, por não ser provável que decorra da sua utilização um ex-fluxo de recursos, têm de igual modo um carácter contingente.

Não dispomos de informação relativamente ao contrato de concessão com a E-Redes que nos permite estimar qualquer valor relativamente a passivos e/ou ativos contingentes.

15.3. Ativos contingentes

Ativos Contingentes	
Natureza Passivos Contingentes	Quantias Associadas
Contratos de concessão	2 992 787,40
Garantias bancárias prestadas por terceiros	532 254,93 €
Total	3 525 042,33

Quadro 72: Ativos contingentes

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, também se enquadram nesta rubrica.

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município de Gondomar na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

A instabilidade internacional, a nível económico, continua a provocar uma pressão nos orçamentos e nas contas públicas, com os agentes económicos a solicitar com frequência a revisão dos contratos públicos.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1. Ativos financeiros

Quantia escriturada dos ativos financeiros								
Rubricas		Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								0,00
Ativos financeiros detidos para negociação								0,00
Participações financeiras - justo valor								0,00
Outros ativos financeiros								0,00
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado								0,00
Participações financeiras - MEP								0,00
Participações financeiras - custo	9 229 495,86							9 229 495,86
Outros ativos financeiros								0,00
Devedores por transf. subsídios não reembolsáveis								0,00
Clientes, contribuintes e utentes	1 951 262,45			234 130,47		450 245,16		1 735 147,76
Estado e outros entes públicos								0,00
Outras contas a receber	40 056 516,69			831 930,06				40 888 446,75
Caixa e depósitos	7 378 093,21						111 499,31	7 266 593,90
Outros investimentos financeiros								0,00
Total	58 615 368,21	0,00	0,00	1 066 060,53	0,00	450 245,16	111 499,31	59 119 684,27

Quadro 73: Ativos Financeiros

18.2. Passivos financeiros

Quantia escriturada dos passivos financeiros								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								0,00
Passivos financeiros detidos para negociação								0,00
Outros passivos financeiros								0,00
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								0,00
Credores por transferência de subsídios não reembolsáveis	232 462,06						169 326,00	63 136,06
Fornecedores	10 736 814,22			4 845 226,98				15 582 041,20
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								0,00
Estado e outros entes públicos	520 254,35			65 230,16				585 484,51
Financiamentos obtidos	42 955 559,57						5 233 046,61	37 722 512,96
Fornecedores de investimentos	6 101 816,03			43 112,42				6 144 928,45
Outras contas a pagar	12 332 810,94			557 963,54				12 890 774,48
Outros passivos financeiros								
Total	72 879 717,17	0,00	0,00	5 511 533,10	0,00	0,00	5 402 372,61	72 988 877,66

Quadro 74: Passivos Financeiros

18.3. Outros investimentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

Nos quadros seguintes indica-se a participação do Município de Gondomar em entidades societárias e não societárias:

Município de Gondomar										
A. Participações em entidades societárias										
Ano: 2024										
Da data 01/01/2024 à data 31/12/2024										
Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs.
Denominação	N.I.P.C				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Metro do Porto, SA	503278602	Societária	60211	8 517 540,00	5,000,01		5,00	5,00		
Águas do Douro e Paiva S.A.	503537624	Societária		20 902 500,00	842 185,004,34		842 185,00	842 185,00		
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	Societária	84113	417 857 175,00	1 822 428,000,44		1 822 428,00	1 822 428,00		0,00
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504558161	Societária		163 098,00	499,01		499,01	163 098,00		
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A. - STCP	500246467	Societária		90 000 000,00	6 552 000,007,28		5,00	5,00		

Quadro 75: Mapa das participações em entidades societárias

Município de Gondomar

B. Participações em entidades não societárias

Ano: 2024

Da data 01/01/2024 à data 31/12/2024

Entidade participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição			Ob.
Denominação	N.I.P.C				Em N	Forma da realização		
						Meios monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Associação Nacional Municípios Portugueses - ANMP	501627413	Não Societária			7 262,52	7 262,52		
Lipor - Associação de Municípios p.ª. Gestão Sustentável de Resíduos do Gran	501394192	Não Societária		52 291 466,31	1 079 004,72	1 079 004,72		
Área Metropolitana do Porto	502823305	Não Societária		4 705 959,05	91 577,00	91 577,00		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	508905435	Não Societária		2 284 950,70	1 500,00	1 500,00		
ADRIEM-Associação de Desenv. Rural Integrado das Terras de S.ª Maria	508225736	Não Societária		0,00	25 000,00	25 000,00		
Agência de Energia do Porto - Adeporto	507886550	Não Societária		225 500,00	20 484,00	20 484,00		
Associação de Municípios Parque das Serras do Porto	513966927	Não Societária		0,00	70 000,00	70 000,00		

Quadro 76: Mapa das participações em entidades não societárias

Mapa com a discriminação das entidades que compõem o saldo da conta 41- Investimentos Financeiros

Entidade	NIF	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
			Compras	Ganhos Justo Valor	Recursos Por Imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Metro do Porto, SA	503278602	5 €									5 €
Águas do Douro e Paiva S.A.	503537624	842 185 €									842 185 €
FAM - Fundo de Apoio Municipal	513319182	1 822 428 €									1 822 428 €
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504558161	128 €									128 €
Adeporto - Agência de Energia do Porto	507886550	12 750 €									12 750 €
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, S.A. - STCP	500246467	6 552 000 €									6 552 000 €
TOTAL											9 229 496 €

Quadro 77: Mapa dos investimentos financeiros

É política do Município reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Nota 19 – Benefício dos Empregados

Estabelece a NCP 19 que as responsabilidades por benefícios de curto prazo, nos quais se incluem remunerações certas e permanentes (salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias, subsídio de natal, e despesas de representação), abonos variáveis ou eventuais e contribuições para regimes de proteção obrigatórios, são mensurados numa base não descontada, uma vez que não existe a possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Assim, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas pela quantia não descontada: como um passivo, em acréscimo de gastos, das quantias relativas aos direitos, nomeadamente de férias e subsídio de férias do período, que são somente pagas durante o período de relato seguinte.

como um gasto, exceto se outra norma (NCP 5 - Ativos Fixos Tangíveis e NCP 10 - Inventários) exija ou permita a inclusão destes benefícios no custo de um ativo;

como um ativo, em gasto antecipado, se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, na extensão em que o pré-pagamento conduza, por exemplo, a uma redução em pagamentos ou a uma devolução de dinheiro.

Foram reconhecidos no período do relato, como passivos relativos a benefícios de curto prazo respeitantes a remuneração de férias e remuneração de subsídio de férias, em Credores por acréscimos de gastos Remunerações a liquidar, no montante de 4.990.426,10 €.

No período em análise, os gastos com o pessoal ascenderam a 36.784.617,75 €.

Nota 21 – Relato por segmentos

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos.

Numa perspetiva de demonstrações financeiras individuais, o Município identifica um único segmento, motivo pelo qual não apresenta neste documento o relato por segmentos.

Nota 23 – Desagregação e comparação das Demonstrações Financeiras

Desagregação das rubricas do Balanço

Conta 20 – Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados

Transferências e subsídios não reembolsáveis				
Rubrica	31/12/2024		31/12/2023	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios não reembolsáveis	- €	- €	- €	- €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos				
Estado	- €	10 000,00 €	- €	190 230,55 €
Administração Local	- €	13 308,75 €	- €	- €
Outros	- €	39 827,31 €	- €	42 231,51 €
Total	- €	63 136,06 €	- €	232 462,06 €

Quadro 78: Desagregação da conta 20

Conta 21 – Clientes, contribuintes e utentes

Rubrica	Clientes				31/12/2023			
	31/12/2024				31/12/2023			
	Conta Corrente (1)	Cobrança Duvidosa (2)	Imparidades acumuladas (3)	Valor Recuperável Líquido (4)=(1)+(2)-(3)	Conta Corrente (5)	Cobrança Duvidosa (6)	Imparidades acumuladas (7)	Valor Recuperável Líquido (8)=(5)+(6)-(7)
Ativo corrente								0,00
Clientes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Contribuintes	1 268 113,98	1 699 329,72	1 699 329,72	1 268 113,98	1 277 842,73	1 331 542,02	1 450 407,79	1 158 976,96
Utentes	467 033,78	1 651 731,02	1 651 731,02	467 033,78	673 363,72	1 569 329,56	1 450 407,79	792 285,49
Total	1 735 147,76	3 351 060,74	3 351 060,74	1 735 147,76	1 951 206,45	2 900 871,58	2 900 815,58	1 951 262,45

Quadro 79: Desagregação da conta 21

Conta 22 – Fornecedores

Fornecedores		
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não corrente corrente		
Fornecedores	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
Passivo corrente		
Fornecedores	15 582 041,20	10 736 814,22
Fornecedores de investimentos	6 144 928,45	6 101 816,03
	21 726 969,65	16 838 630,25

Quadro 80: Desagregação da conta 22

Conta 24 – Estado e outros entes públicos

Rubrica	Estado e Outros Entes Públicos		31/12/2023	
	31/12/2024		A receber	A pagar
	A receber	A pagar		
Retenção de impostos sobre rendimentos	- €	143 549,63 €	- €	155 234,91 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	- €	28 273,91 €	- €	19 477,62 €
Outros impostos	- €	51 298,52 €	- €	34 857,77 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	362 362,45 €	- €	308 866,79 €
Outras tributações	- €	- €	- €	1 817,26 €
	- €	585 484,51 €	- €	520 254,35 €

Quadro 81: Desagregação da conta 24

Outras contas a receber

Rubrica	31/12/2024				31/12/2023			
	Conta Corrente	Cobrança	Imparidades	Valor	Conta Corrente	Cobrança	Imparidades	Valor
	(1)	Duvidosa	acumuladas	Recuperável	(5)	Duvidosa	acumuladas	Recuperável
		(2)	(3)	Líquido		(6)	(7)	Líquido
				(4)=(1)+(2)-(3)				(8)=(5)+(6)-(7)
Ativo não corrente								
Devedores por contratos de cedência	1 643 636,74			1 643 636,74	1 876 141,93			1 876 141,93
Adiantamentos a fornecedores de investimentos				0,00				0,00
Cauções				0,00				0,00
Outros devedores				0,00				0,00
	1 643 636,74	0,00	0,00	1 643 636,74	1 876 141,93	0,00	0,00	1 876 141,93
Ativo corrente								
Devedores por contratos de cedência	280 095,47			280 095,47	274 818,50			274 818,50
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	3 211 721,83			3 211 721,83	3 612 820,25			3 612 820,25
Devedores por acréscimos de rendimentos				0,00				0,00
IMI	17 939 742,88			17 939 742,88	19 762 999,91			19 762 999,91
IMT	2 044 521,88			2 044 521,88	750 026,68			750 026,68
Derrama	3 317 657,32			3 317 657,32	2 486 292,90			2 486 292,90
Outros	11 548 371,46			11 548 371,46	11 239 351,09			11 239 351,09
Cauções	343 390,75			343 390,75	48 000,00			48 000,00
Outros devedores	559 308,42			559 308,42	6 065,43			6 065,43
	39 244 810,01	0,00	0,00	39 244 810,01	38 180 374,76	0,00	0,00	37 905 556,26

Quadro 82: Desagregação das outras contas a receber

Outras contas a pagar

Outras contas a pagar		
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Passivo não corrente		
Credores de Contratos de Concessão		
Cauções	6 064 356,60	5 831 389,11
Outros credores		
	6 064 356,60	5 831 389,11
Passivo corrente		
Credores por contratos de cedência		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	4 990 426,10	4 470 150,34
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	72 980,82	40 950,68
Outros acréscimos de gastos	1 099 245,39	1 194 082,84
Cauções	431 220,01	390 537,07
Sindicatos	0,00	3 018,37
Outros credores	232 545,57	402 682,53
	6 826 417,89	6 501 421,83

Quadro 83: Desagregação das contas a pagar

Conta 28 - Diferimentos

Diferimentos

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos ativos:		
Ativo não corrente		
Transferências e subsídios concedidos com condições		
Outros gastos a reconhecer		
	- €	- €
Ativo corrente		
Transferências e subsídios concedidos com condições	- €	- €
Seguros	- €	- €
Outros gastos a reconhecer	34 565,98 €	- €
	34 565,98 €	- €

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos passivos:		
Passivo não corrente		
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições		
Acordos de concessão de serviços	35 524 582,07 €	
Outros rendimentos a reconhecer		
	35 524 582,07 €	- €
Passivo corrente		
Transferências e subsídios correntes obtidos com condições	- €	- €
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	7 173 358,39 €	18 403 887,76 €
Acordos de concessão de serviços	- €	- €
Outros rendimentos a reconhecer	304 222,04 €	239 783,48 €
	7 477 580,43 €	18 643 671,24 €

Quadro 84: Desagregação da conta 28

Desagregação das rubricas da Demonstração de Resultados

Desagregação das rubricas de rendimentos

Conta 70 – Impostos, contribuições e taxas

Impostos, contribuições e taxas			
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Impostos diretos			
Derrama	3 260 071,00	2 234 799,00	46%
IMI	17 470 718,00	19 549 741,00	-11%
IUC	4 413 717,45	4 290 347,57	3%
Outros			
Impostos indiretos			
Impostos específicos das Autarquias Locais	829 392,61	670 224,37	24%
IMT	12 957 586,61	8 982 748,21	44%
Outros	292,29	8 860,16	-97%
Taxas, multas e outras penalidades			
Taxas	186,40	466,00	-60%
Taxas especificas das autarquias locais	4 635 802,96	3 194 964,26	45%
Multas e outras penalidades	422 511,09	342 610,94	23%
Total	43 990 278,41	39 274 761,51	12%

Quadro 85: Desagregação da conta 70

Conta 72 – Prestações de serviços e concessões

Prestações de serviços e concessões			
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Serviços Específicos das Autarquias Locais	13 874 452,69	12 048 362,12	15%
Concessões	8 422 425,14	2 848 948,17	196%
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1 451,30	972,34	49%
Aluguer de equipamento	157 856,52	136 229,31	16%
Arrendamento	784 925,95	739 563,69	6%
Outros serviços			
Taxa de gestão de resíduos	71 038,86		
Total	23 312 150,46	15 774 075,63	48%

Quadro 86: Desagregação da conta 72

Conta 75 – Transferências e subsídios correntes obtidos

Transferências e subsídios correntes obtidos			
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Estado			
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	10 604 363,99 €	10 932 401,70 €	-3%
Fundo Social Municipal (FSM)	3 716 240,00 €	3 176 295,00 €	17%
Participação no IRS	9 490 966,00 €	8 818 606,00 €	8%
Educação	14 870 715,00 €	14 120 974,00 €	5%
Saúde	1 668 969,00 €	1 650 367,00 €	1%
Ação Social	2 119 771,00 €	1 682 173,00 €	26%
Participação do IVA	592 134,02 €	1 017 129,00 €	-42%
Outras			
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	2 457 459,74 €	- €	
FEDER	149 908,30 €	147 869,73 €	1%
Fundo Social Europeu	390 585,98 €	166 043,71 €	135%
Subsídios Correntes	1 083 514,28 €	611 491,58 €	77%
Total	47 144 627,31 €	42 323 350,72 €	11%

Quadro 87: Desagregação da conta 75

Conta 78 – Outros rendimentos

Outros rendimentos			
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Rendimentos suplementares			
Ganhos em inventários			
Alienações	5 780,00	374,49	1443%
Rendimentos em investimentos	773 105,12	366 389,12	111%
Outros rendimentos do Estado	3 994,80	28 455,62	-86%
Correções de períodos anteriores	1 130 795,35	1 177 677,07	-4%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 307 686,97	2 624 684,41	64%
Outros não especificados	297 328,36	172 362,85	73%
Total	6 518 690,60	4 369 943,56	49%

Quadro 88: Desagregação da conta 78

Desagregação dos gastos

Conta 60 – Transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos			
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Transferências correntes concedidas			
Associações de Municípios	41 398,56	3 581 333,18	-99%
Freguesias	2 192 107,11	1 899 965,35	15%
Empresas locais	122 851,36	1 745 367,83	-93%
Famílias	1 146 496,89	575 595,32	99%
Outros setores institucionais	8 440 715,99	2 136 998,87	295%
Subsídios correntes concedidos	4 075 995,21	1 143 194,85	257%
Sub-total	16 019 565,12	11 082 455,40	45%
Transferências de capital concedidas			#DIV/0!
Administração Local	1 123 087,39	1 079 004,72	4%
Freguesias			#DIV/0!
Outros setores institucionais	475 988,49	297 897,13	60%
Sub-total	1 599 075,88	1 376 901,85	16%
Total	17 618 641,00	12 459 357,25	41%

Quadro 89: Desagregação da conta 60

Conta 62 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Subcontratos			
Serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	8 959 679,26 €	8 961 388,31 €	0%
Outros subcontratos ou parcerias	1 671 068,67 €	1 786 097,69 €	-6%
Serviços especializados			
Trabalhos especializados	4 494 112,68 €	3 227 334,06 €	39%
Publicidade, comunicação e imagem	448 796,22 €	369 376,85 €	22%
Vigilância e segurança	728 518,57 €	431 390,92 €	69%
Honorários	30 527,49 €	71 928,71 €	-58%
Comissões	1 412 078,31 €	1 029 112,22 €	37%
Conservação e reparação	1 189 273,17 €	1 200 913,38 €	-1%
Outros serviços especializados	6 652 028,17 €	6 339 688,22 €	5%
Materiais de consumo	628 587,00 €	560 379,77 €	12%
Energia e fluidos	4 909 019,60 €	4 237 110,89 €	16%
Deslocações, estadas e transporte	168 124,39 €	209 674,04 €	-20%
Serviços diversos			
Rendas e alugueres	1 095 832,62 €	944 557,28 €	16%
Comunicação	188 954,91 €	155 107,20 €	22%
Seguros	616 309,01 €	158 479,07 €	289%
Contencioso e notariado			
Despesas de representação dos serviços			
Limpeza, higiene e conforto	1 406 010,00 €	1 119 246,26 €	26%
Outros serviços			
Total	34 598 920,07 €	30 801 784,87 €	12%

Quadro 90: Desagregação da conta 62

Conta 63 – Gastos com o pessoal

Gastos com pessoal

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Remunerações dos titulares de orgaos de soberania e membros dos orgaos autarquicos	412 053,04 €	378 266,35 €	9%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	194 822,08 €	178 103,83 €	9%
Remunerações do pessoal	28 325 272,36 €	25 886 905,20 €	9%
Benefícios pós-emprego	31 046,64 €	26 067,78 €	19%
Encargos sobre remunerações	6 207 643,68 €	5 715 182,92 €	9%
Acidentes de trabalho	506 829,76 €	497 170,95 €	2%
Outros gastos com o pessoal	303 460,12 €	729 702,92 €	-58%
Outros encargos sociais	803 490,07 €	937 814,85 €	-14%
Total	36 784 617,75 €	34 349 214,80 €	7%

Quadro 91: Desagregação da conta 63

Conta 68 – Outros gastos

Outros gastos			
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Impostos e taxas	12 639,72 €	14 214,54 €	-11%
Perdas em inventários			
Alienação de ativos fixos tangíveis	45 862,65 €	- €	
Abates	4 206,56 €	2 340,36 €	80%
Correções relativas a períodos anteriores	2 667 190,94 €	2 815 421,34 €	-5%
Quotizações	213 051,35 €	243 978,50 €	-13%
Outros não especificados	5 508 814,81 €	3 294 754,87 €	67%
Total	8 451 766,03 €	6 370 709,61 €	33%

Quadro 92: Desagregação da conta 68

Conta 69 – Gastos por juros e outros encargos

Juros e gastos similares suportados			
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023	Variação
Juros de financiamentos obtidos	1 972 639,64 €	1 782 332,34 €	11%
Juros tributários	90 828,51 €	398,55 €	22690%
Outros juros	1 154,90 €	1 185,88 €	-3%
Outros encargos	27 557,14 €	237 454,87 €	-88%
Total	2 092 180,19 €	2 021 371,64 €	4%

Quadro 93: Desagregação da conta 69

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Município de Gondomar ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações

11. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...”

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Nos termos do parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, o conjunto de demonstrações orçamentais históricas a preparar pelas entidades são as seguintes:

- a) Demonstração de Desempenho Orçamental;
- b) Demonstração de Execução Orçamental da Receita;
- c) Demonstração de execução Orçamental da Despesa;
- d) Demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
- e) Anexo IV - Alterações ao plano plurianual de investimentos
- f) Anexo V - Operações de tesouraria

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Decorrente da decisão tomada pelo órgão executivo de assumir encargos com a redução tarifária, foi emitida pela empresa Águas de Gondomar em final de 2024 uma fatura no montante de 3.272.075,75 €.

O orçamento do município dispunha de registo para esta despesa sob o nº de compromisso 77895, registado na classificação económica 03/06020305 – Encargos Obrigatórios a favor da empresa Águas de Gondomar.

No entanto, o valor faturado foi substancialmente superior à estimativa efetuada para assunção do compromisso, pelo que não foi possível a sua inclusão nas demonstrações orçamentais em 2024.

Conforme foi decidido pelo executivo, estes montantes, por serem bastante expressivos foram objeto de ênfase nas Grandes Opções do Plano para 2025 – Projeto nº 2022/1 Aç8 – Encargos com a redução do tarifário da água, com distribuição de encargos plurianuais (2025 e 2026), tendo sido criado um compromisso para comportar esta despesa.

Este documento foi aprovado pelo Órgão Executivo em 29 de novembro de 2024 e pelo Órgão Deliberativo em 18 de dezembro de 2024.

Foi por isso derogada a NCP 26, no registo de compromisso futuro do primeiro compromisso pelos factos acima expostos

a) Demonstração de Desempenho Orçamental

Município de Gondomar							
Demonstração do Desempenho Orçamental							Valores em €
RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gestão anterior	0,00	-9 494,08	619 673,69	0,00	6 767 913,60	7 378 093,21	10 736 161,81
Operações Orçamentais [1]	0,00	-9 494,08	619 673,69	0,00	0,00	610 179,61	4 043 525,64
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	6 767 913,60	6 767 913,60	6 692 636,17
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	0,00	106 715 117,30	552 278,11	0,00	0,00	107 267 395,41	94 684 040,17
R1 Receita Fiscal	0,00	36 324 213,67	0,00	0,00	0,00	36 324 213,67	33 613 440,21
R1.1 Impostos diretos	0,00	36 324 213,67	0,00	0,00	0,00	36 324 213,67	33 613 440,21
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	0,00	5 506 704,27	0,00	0,00	0,00	5 506 704,27	3 711 446,60
R4 Rendimentos de propriedade	0,00	3 180 794,42	0,00	0,00	0,00	3 180 794,42	2 106 463,75
R5 Transferências e subsídios correntes	0,00	46 297 643,76	552 278,11	0,00	0,00	46 849 921,87	41 476 234,78
R5.1 Transferências correntes	0,00	46 297 643,76	552 278,11	0,00	0,00	46 849 921,87	41 476 234,78
R5.1.1 Administrações Públicas	0,00	46 297 643,76	552 278,11	0,00	0,00	46 849 921,87	41 476 234,78
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	46 297 643,76	552 278,11	0,00	0,00	46 849 921,87	41 476 234,78
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	0,00	14 861 541,39	0,00	0,00	0,00	14 861 541,39	13 461 321,28
R7 Outras receitas correntes	0,00	544 219,79	0,00	0,00	0,00	544 219,79	315 133,55
Receita de capital	0,00	5 453 563,74	3 803 064,96	0,00	0,00	9 256 628,70	9 466 518,48
R8 Venda de bens de investimento	0,00	1 567 460,00	0,00	0,00	0,00	1 567 460,00	23 373,00
R9 Transferências e subsídios de capital	0,00	3 886 103,74	3 803 064,96	0,00	0,00	7 689 168,70	9 443 145,48
R9.1 Transferências de capital	0,00	3 886 103,74	3 803 064,96	0,00	0,00	7 689 168,70	9 443 145,48
R9.1.1 Administrações Públicas	0,00	3 886 103,74	3 803 064,96	0,00	0,00	7 689 168,70	9 443 145,48
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	3 886 103,74	3 803 064,96	0,00	0,00	7 689 168,70	9 443 145,48
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não cobertas aos pagamentos	0,00	57 002,67	0,00	0,00	0,00	57 002,67	485 362,41
Receita efetiva [2]	0,00	112 225 683,71	4 355 343,07	0,00	0,00	116 581 026,78	104 635 921,06
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	2 500 000,00	0,00	2 500 000,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	0,00	112 216 189,63	4 975 016,76	2 500 000,00	0,00	119 691 206,39	108 679 446,70
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 626 365,95	1 626 365,95	1 779 623,35

Município de Gondomar							
Demonstração do Desempenho Orçamental							Valores em €
RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	0,00	86 805 089,60	3 122 997,72	1 878 757,94	0,00	91 806 845,26	76 565 190,71
D1 Despesas com o pessoal	0,00	34 993 754,53	1 036 870,11	104 149,41	0,00	35 734 774,05	33 201 066,98
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	0,00	27 359 449,77	516 259,01	62 284,48	0,00	27 937 993,26	25 518 791,74
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	696 191,67	5 420,17	0,00	0,00	701 611,84	518 243,62
D1.3 Segurança Social	0,00	6 538 113,09	515 190,93	41 864,93	0,00	7 095 168,95	7 164 031,62
D2 Aquisição de bens e serviços	0,00	30 244 808,23	1 143 190,56	1 223 912,30	0,00	32 611 911,09	27 565 837,82
D3 Juros e outros encargos	0,00	2 464 605,14	0,00	44 990,61	0,00	2 509 595,75	2 257 848,59
D4 Transferências e subsídios correntes	0,00	14 860 937,91	904 942,66	502 804,33	0,00	16 268 684,90	12 104 491,17
D4.1 Transferências correntes	0,00	13 612 340,02	904 942,66	305 305,52	0,00	14 822 588,20	9 920 196,18
D4.1.1 Administrações Públicas	0,00	5 247 698,41	307 355,56	145 475,39	0,00	5 700 529,36	3 454 470,75
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	1 148 458,10	66 944,13	0,00	0,00	1 215 402,23	1 227 522,20
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	4 099 240,31	240 411,43	145 475,39	0,00	4 485 127,13	2 226 948,55
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	7 320 642,94	575 065,61	152 472,80	0,00	8 048 181,35	5 079 540,04
D4.1.3 Famílias	0,00	1 033 098,67	22 521,49	7 357,33	0,00	1 062 977,49	1 318 921,09
D4.1.4 Outras	0,00	10 900,00	0,00	0,00	0,00	10 900,00	67 264,30
D4.2 Subsídios correntes	0,00	1 248 597,89	0,00	197 498,81	0,00	1 446 096,70	2 184 254,99
D5 Outras despesas correntes	0,00	4 640 983,79	37 994,39	2 901,29	0,00	4 681 879,47	1 435 946,15
Despesa de capital	0,00	18 054 940,74	1 703 260,74	561 201,74	0,00	20 319 403,22	26 088 674,44
D6 Aquisição de bens de capital	0,00	16 130 793,02	1 688 054,89	550 385,82	0,00	18 369 233,73	24 450 613,49
D7 Transferência e subsídios de capital	0,00	1 924 147,72	15 205,85	10 815,92	0,00	1 950 169,49	1 638 060,95
D7.1 Transferências de capital	0,00	1 924 147,72	15 205,85	10 815,92	0,00	1 950 169,49	1 638 060,95
D7.1.1 Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	0,00	1 093 942,80	15 205,85	10 815,92	0,00	1 119 964,57	552 553,61
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	830 204,92	0,00	0,00	0,00	830 204,92	1 085 507,34
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	0,00	104 860 030,34	4 826 258,46	2 439 959,68	0,00	112 126 248,48	102 653 865,15
Despesa não efetiva [6]	0,00	7 170 099,81	118 421,05	60 040,32	0,00	7 348 561,18	5 415 401,94
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	7 170 099,81	118 421,05	60 040,32	0,00	7 348 561,18	5 415 401,94
Soma [7]=[5]+[6]	0,00	112 030 130,15	4 944 679,51	2 500 000,00	0,00	119 474 809,66	108 069 267,09
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 344 082,38	1 344 082,38	1 704 345,92
Saldo para a gerência seguinte	0,00	186 059,48	30 337,25	0,00	7 050 197,17	7 266 593,90	7 378 093,21
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	0,00	186 059,48	30 337,25	0,00	0,00	216 396,73	610 179,61
Operações de tesouraria [D]=[A]-[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	7 050 197,17	7 050 197,17	6 767 913,60
Saldo global [2] - [5]	0,00	7 365 653,37	-470 915,39	-2 439 959,68	0,00	4 454 778,30	1 982 055,91
Despesa primária	0,00	102 395 425,20	4 826 258,46	2 394 969,07	0,00	109 616 652,73	100 396 016,56
Saldo corrente	0,00	19 910 027,70	-2 570 719,61	-1 878 757,94	0,00	15 460 550,15	18 118 849,46
Saldo de capital	0,00	-12 601 377,00	2 099 804,22	-561 201,74	0,00	-11 062 774,52	-16 622 155,96
Saldo primário	0,00	9 830 258,51	-470 915,39	-2 394 969,07	0,00	6 964 374,05	4 239 904,50
Receita total [1] + [2] + [3]	0,00	112 216 189,63	4 975 016,76	2 500 000,00	0,00	119 691 206,39	108 679 446,70
Despesa total [5] + [6]	0,00	112 030 130,15	4 944 679,51	2 500 000,00	0,00	119 474 809,66	108 069 267,09

Quadro 94: Demonstração do Desempenho Orçamental

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024 – MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Quadro 95: Demonstração Orçamental da Receita

ORGÃO EXECUTIVO	
Em ... de	de

ORGÃO DELIBERATIVO	
Em ... de	de

c) Demonstração de execução orçamental da Despesa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Município de Gondomar

(designação da autarquia local)

(designação da autarquia local)														Euro
Código	Classif. Económica Despesa Designação	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental			
							Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente		
Despesa corrente														
D011	Remunerações Certas e Permanentes	475 326,43	29 446 620,00	0,00	28 446 048,94	29 446 854,86	451 472,86	27 486 520,40	194,08	507 861,60	1,587	96,625		
D012	Alugor variáveis ou Eventuais	6 407,83	711 118,74	0,00	711 118,74	711 118,74	6 407,83	695 204,01	0,00	9 506,90	0,901	97,737		
D013	Segurança Social	0,00	7 109 597,00	0,00	7 109 364,86	7 095 398,99	0,00	7 095 168,95	12 965,87	230,04	0,000	98,797		
D02	Aquisição de bens e serviços	996 454,54	40 427 863,36	0,00	39 557 036,76	38 384 120,93	981 218,91	31 630 692,18	4 172 915,63	2 772 209,84	2,427	78,240		
D03	Juros e outros encargos	0,00	2 610 394,00	0,00	2 509 595,75	2 509 595,75	0,00	2 509 595,75	0,00	0,00	0,000	98,968		
D04111	Administração Central - Estado Português	190 230,55	1 670 000,00	0,00	1 668 238,61	1 225 402,23	190 230,55	1 025 171,68	442 836,38	10 000,00	11,391	61,368		
D04112	Administração Central - Outras entidades	0,00	6 000,00	0,00	5 270,55	0,00	0,00	0,00	5 270,55	0,00	0,000	0,000		
D04115	Administração Local	0,00	5 050 442,00	0,00	4 885 281,18	4 458 435,88	0,00	4 458 127,13	386 845,30	13 306,75	0,000	88,109		
D0412	Entidades do setor não lucrativo	48 925,40	8 593 868,00	0,00	8 480 599,49	8 145 905,62	48 925,40	7 999 255,95	334 689,67	97 728,27	0,569	93,081		
D0413	Famílias	210,84	1 146 194,00	0,00	1 103 803,91	1 065 366,16	125,16	1 062 862,33	1 062 977,49	2 398,67	0,011	92,729		
D0414	Outras	0,00	33 292,00	0,00	26 312,70	10 900,00	0,00	10 900,00	15 412,70	0,00	0,000	32,741		
D042	Statísticos correntes	0,00	1 447 000,00	0,00	1 446 097,70	1 446 096,70	0,00	1 446 096,70	1,00	0,00	0,000	98,938		
D05	Outras despesas correntes	1 394,67	4 861 465,00	0,00	4 842 376,60	4 688 445,19	145,85	4 681 733,62	153 931,41	6 565,72	0,003	96,303		
Despesa de capital														
D06	Aquisição de bens de capital	1 509 714,99	27 794 365,25	0,00	25 939 413,23	21 241 332,01	1 404 691,37	16 964 542,36	4 698 081,22	2 872 096,28	5,054	61,036		
D0712	Entidades do setor não lucrativo	214,35	1 262 915,00	0,00	1 269 260,79	1 140 365,74	214,35	1 119 750,22	127 896,05	20 401,17	0,017	87,282		
D0714	Outras	0,00	1 165 000,00	0,00	1 165 000,00	1 119 779,70	0,00	830 204,92	45 220,30	289 574,78	0,000	71,262		
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	7 348 591,00	0,00	7 348 561,18	7 348 561,18	0,00	7 348 561,18	0,00	0,00	0,000	98,998		

ORGÃO EXECUTIVO

Em ... de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ... de de

d) Demonstração da execução do PPI

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

e) Alterações ao plano plurianual de investimentos

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

f) Operações de tesouraria

Documento colocado anexo por ser muito extenso a dificultar a sua leitura dentro deste relatório.

12. MAPA DE ACORDOS DE PAGAMENTO

O Município de Gondomar não tem pagamentos em atraso, pelo que não se aplica o artigo 19º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de Junho.

13. REGISTO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

DECLARAÇÃO

Luís Filipe Castro de Araujo, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, para os efeitos previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de Março, declara que todos os compromissos se encontram devidamente registados na base de dados centrais de encargos plurianuais.

Paços do Município de Gondomar, abril de 2025

O Presidente da Câmara

(Dr. Luís Filipe Araujo)

14. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



GONDOMAR

é D'ouro

MUNICÍPIO DE GONDOMAR

Praça Manuel Guedes | 4420-193 GONDOMAR
geral@cm-gondomar.pt | cm-gondomar.pt